

CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região

v. 15 Índice anual p. 433-497 jan./dez. 2019



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região**

**Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Escola Judicial**

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Diretora

Des. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Vice-diretor

Des. Carlos Alberto Bosco

Conselho Consultivo

Des. Ricardo Regis Laraia

Representante dos Desembargadores do Trabalho

Juíza Laura Bittencourt Ferreira Redrigues

Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juiz Edson da Silva Junior

Representante dos Juízes do Trabalho Substitutos

Servidora Adriana Martorano Amaral Corsetti

Representante dos Servidores (voz e assento)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Coordenação

Des. João Alberto Alves Machado

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas

Denise Pereira Toniolo - Assistente-chefe
Elizabeth de Oliveira Rei

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Emtra XV

Bimestral

v. 15, Índice anual, jan./dez. 2019

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro - Campinas/SP

CEP: 13015-927 | Fone: (19) 3731-1683

<http://portal.trt15.jus.br> | e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

Sumário

ONOMÁSTICO.....	437
TÍTULO.....	454
Doutrina.....	454
ASSUNTO.....	455
Íntegras.....	455
Ementário de Jurisprudência.....	461

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ALMEIDA, Mauricio de

- Atraso ínfimo..... 6/396

AQUINO, Gabriela Marcassa Thomaz de

- A atuação extrajudicial dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (Jeias) como efetivação do sistema em rede de proteção de crianças e adolescentes (Artigo)..... 3/159

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Dano moral 2/134, 4/267
- Responsabilidade subsidiária 5/348

BORGES, Fernando da Silva

- Execução 5/340

CANICOBA, Wilton Borba

- Decisão recorrida..... 2/134

CARDOSO, Jair Aparecido

- O meio ambiente do trabalho e a saúde mental do trabalhador: novas tecnologias e os desafios à efetivação da dignidade humana (Artigo)..... 4/239

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Agravo regimental..... 5/333, 5/334
- Assédio moral 2/131, 3/190
- Impenhorabilidade do bem de família..... 2/143
- Indenização por danos morais..... 2/140
- Plano de demissão 2/143, 4/270
- Recurso ordinário 2/144, 4/278

CÉSAR, João Batista Martins

- Cargo de confiança..... 1/26
- Cerceamento do direito de defesa..... 1/26

COCA, Eleonora Bordini

- Acúmulo de funções 6/396
- Adicional de insalubridade..... 5/331
- Aposentadoria..... 5/334
- Exoneração de servidor em estágio probatório 5/349
- Guarda municipal..... 2/138

- Honorários advocatícios	3/205
- Impenhorabilidade	5/346
- Indenização por danos morais.....	5/345
- Município de Franca	5/345
- Pausa do art. 384 da CLT	5/343
- Substituição processual.....	1/57
- Tutela inibitória	2/138

COOPER, Fábio Allegretti

- Acidente do trabalho.....	1/19, 6/395
- Bancário.....	1/36, 1/44
- Banco do Brasil.....	3/218
- Contrato de trabalho temporário.....	1/28, 6/401
- Diferenças de horas extras.....	6/422
- Doença ocupacional	1/34
- Embargos de declaração.....	1/36
- Empregado(a) bancário(a).....	1/25
- Equiparação salarial	1/36
- Excesso de execução.....	1/36
- Extinção do processo	6/407
- Horas extras	6/411
- Jornada de trabalho.....	1/44
- Justa causa.....	3/210
- Município de Cajuru.....	1/47
- Município de Franca	3/211
- Pagamento “por fora”.....	1/48
- Rescisão do contrato de trabalho	1/53
- Responsabilidade civil	1/25, 1/28, 6/417, 6/422

COSTA, Jorge Luiz

- Adicional por tempo de serviço.....	5/331
- Justiça gratuita.....	1/24, 4/275, 5/344

DE BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos

- Acidente do trabalho.....	4/263
-----------------------------	-------

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Dano moral	1/31
--------------------	------

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Cooperativa	1/29
- Designação de perícia contábil.....	3/205
- Empregado portador de visão monocular. Deficiência. Inexistência de comprovação pela reclamada do cumprimento das cotas previstas no art. 93 da Lei n. 8.213/1991. Reconhecimento do direito aos benefícios previstos na Lei 13.146/2015. Nulidade da dispensa e reintegração. Possibilidade (Íntegra de Acórdão)	6/377

- Fixação da “cota de participação negocial”. Custeio da negociação coletiva exitosa que obteve benefícios em prol de todos os empregados representados associados ou não do sindicato. Possibilidade. Princípio da solidariedade, da boa-fé objetiva e da função social da contratação coletiva (Íntegra de Acórdão).....	5/313
- Licença-maternidade	1/45
- Matérias pertinentes à fase de execução	5/340
- Motorista	1/46, 3/211
- Município	1/47
- Portador de deficiência	5/346
- Terceirização.....	4/281, 5/351
- Usina.....	4/272

GIANNINI, Daniela Macia Ferraz

- Bem de família.....	3/191
- Novas disposições celetistas.....	3/200

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Arbitragem	1/23
- Contratos de trabalho (contratos existenciais) e negociação coletiva após a Lei n. 13.467/2017 (Artigo).....	2/77
- Serviços extrajudiciais	1/56

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Abonos salariais	6/394
- Ação anulatória.....	3/185, 4/263
- Ação por danos morais.....	3/186
- Ação rescisória	4/263
- Acidente de trabalho.....	1/18
- Acidente de trajeto.....	6/395
- Acordo coletivo do trabalho	1/19
- Adicional de hora extra	4/264
- Adicional de insalubridade	1/20, 3/186, 3/187, 4/264, 5/331, 6/398
- Adicional de periculosidade.....	1/40, 3/188, 4/264, 4/265, 6/398
- Adicional gratificação de função	3/189
- Adicional noturno	3/188
- Adicional	4/265
- Administração pública.....	3/196, 4/265
- Agravo de instrumento.....	3/189, 4/275, 5/332, 5/344
- Agravo de petição.....	1/22, 4/265, 5/333
- Alimentação	3/190
- Artigo 523, § 1º, CPC/2015	1/42
- Ausência do reclamante	5/335
- Aviso-prévio	3/190
- Banco do Brasil.....	4/266
- Cartões de ponto	4/268
- Cartório extrajudicial	5/350
- Certidão de crédito	4/271

- Citação inicial inválida	5/335
- Complemento temporário	4/278
- Contagem do prazo prescricional	1/49
- Contrato de natureza comercial.....	3/192, 4/266
- Contrato de prestação	6/401
- Contribuição sindical rural	1/29, 3/193, 4/267
- Contribuição sindical.....	6/402
- Contribuições previdenciárias.....	3/194
- Correção monetária.....	3/194, 4/268, 4/273, 4/280
- Correspondente bancária	4/281
- Corretor de imóveis	3/194, 4/267
- Cumulação dos adicionais.....	5/331
- Dano moral e material	3/195
- Dano moral.....	1/30, 1/31, 3/190, 3/195, 3/196, 3/222, 4/267, 4/268, 5/337, 5/338
- Danos existenciais.....	1/32
- Danos materiais.....	6/403
- Danos morais e materiais	1/32
- Danos morais.....	4/271, 5/337
- Decisão em recurso.....	4/269
- Declaração de inexigibilidade	3/222, 4/282
- Descanso semanal remunerado.....	1/52, 6/404
- Deserção do recurso	3/200
- Desvio de função	3/197, 5/338
- Diarista.....	4/270
- Diferenças de adicional de insalubridade	1/51
- Diferenças salariais.....	3/197, 3/198, 4/269, 5/338, 6/404
- Direito intertemporal	3/200
- Dispensa por justa causa	5/338
- Embargos de declaração.....	3/201
- Empregado categoria diferenciada.....	3/197
- Empregado contratado pelo município	3/214
- Empregado contratado	4/277
- Empregado recontratado como autônomo	1/58
- Equiparação salarial	5/339
- Execução fiscal.....	4/270
- Execução provisória	4/270
- Execução.....	1/37, 3/202, 4/271, 5/340
- FGTS	3/203, 4/271
- Gerente geral de agência bancária	5/341
- Gratuidade da justiça.....	3/203
- Grupo econômico	4/271, 5/341
- Horas extraordinárias.....	1/40, 3/206, 4/266, 6/410
- Horas extras e reflexos.....	1/40
- Horas extras.....	1/41, 1/53, 3/190, 3/206, 3/208, 4/272, 4/273, 5/342, 6/410
- Horas <i>in itinere</i>	1/40, 4/272
- Incentivo financeiro adicional.....	3/209
- Indenização por danos morais e materiais	5/343
- Indenização	4/274
- Insalubridade	1/21

- Integração da pessoa portadora de deficiência.....	1/32
- Intervalo intrajornada	3/207, 3/209
- Intervalo para mulher.....	1/55, 4/268
- Intervenção e repasse de verbas	1/43
- Jornada de 12x36	3/207
- Justiça gratuita.....	1/24, 3/204, 4/275, 5/344
- Lei municipal.....	4/276
- Litigância de má-fé	5/344
- Luvas	4/269
- Massa falida.....	1/46, 4/276
- Multa do art. 467 da CLT	6/414
- Município de Andradina	6/415
- Município de Mirassol	3/196
- Município de Piracicaba.....	3/212
- Negativa de prestação jurisdicional	5/346
- Norma coletiva.....	4/274
- Nulidade da citação	3/212
- Nulidade da decisão	5/345
- Pedido de reintegração.....	4/279
- Prêmio assiduidade	3/213, 4/277
- Prescrição quinquenal	3/214
- Prescrição.....	1/50
- Procedimento sumaríssimo	1/50, 5/346
- Professores.....	1/50
- Prova documental.....	4/278
- Reflexos dos dsrs	3/194
- Relação consumerista	3/218
- Requisição de pequeno valor	3/217
- Rescisão contratual	5/348
- Rescisão indireta	1/53
- Responsabilidade solidária.....	4/279
- Responsabilidade subsidiária.....	1/55, 3/207, 3/219, 3/220, 4/280, 5/348, 5/349
- Reversão do pedido de demissão	4/270
- Serviços sociais autônomos	3/220
- Servidor público	3/221
- Sesi.....	3/220
- Sindicato autor.....	1/56, 3/221
- Sucessão empresarial	1/55
- Tese prevalecente.....	3/222
- Transação PDV	4/277
- Transação.....	3/213
- Transferência	5/352
- Turno de revezamento.....	5/339
- Unicidade contratual	4/267
- Vale-transporte	1/52
- Vendedor	5/353
- Vigia e vigilante.....	1/58
- Vínculo de emprego.....	1/51
- Vínculo empregatício	5/348

GONÇALVES, Vitória Mattos

- O meio ambiente do trabalho e a saúde mental do trabalhador: novas tecnologias e os desafios à efetivação da dignidade humana (Artigo)..... 4/239

GRASSELLI, Fabio

- Adicional de insalubridade..... 4/264
- Adicional por tempo de serviço..... 3/188
- Danos morais..... 4/269
- Estabilidade provisória..... 3/201
- Férias..... 2/137, 3/202
- Legitimidade passiva 4/275
- Progressão horizontal..... 4/277
- Responsabilidade subsidiária..... 1/54, 2/145, 3/219, 4/275

GRASSELLI, Hélio

- Ação de cobrança de contribuições sindicais..... 2/130
- Ação de cobrança..... 1/18, 5/330
- Competência material..... 5/335
- Doença relacionada ao trabalho..... 1/35
- Empresa em recuperação judicial 1/50
- Execução contra a fazenda pública..... 5/339
- Honorários de sucumbência..... 1/39, 2/138, 4/272, 5/342
- Intervalo intrajornada 1/43, 2/140
- Multa do art. 467 da CLT 2/142
- Responsabilidade subsidiária 1/54, 2/145

LANDI, Flavio

- Pagamento extemporâneo das férias..... 3/203

LAZARIM, Luiz Antonio

- Ação anulatória..... 5/330
- Ação cautelar..... 5/330
- Ação civil pública 2/130
- Ação coletiva 3/185
- Ação de cobrança..... 1/18
- Acidente de trabalho..... 2/131, 5/330
- Acidente do trabalho..... 3/216
- Acidente típico de trabalho 1/48
- Acúmulo de função..... 1/19, 1/26, 3/186, 3/187, 3/208, 3/210
- Adicionais de insalubridade e de periculosidade..... 1/20
- Adicional de insalubridade em grau máximo 1/20
- Adicional de insalubridade..... 1/20, 1/35, 1/48, 1/49, 1/56, 2/131, 3/186, 3/187, 3/214, 3/221, 5/331, 6/397, 6/398, 6/403, 6/423
- Adicional de periculosidade..... 1/21, 2/132, 3/186, 3/188, 6/421
- Adicional noturno 1/29, 6/408
- Adicional por tempo de serviço..... 1/27
- Administração pública..... 3/189

- Agravo de instrumento.....	1/22
- Agravo de petição.....	1/22, 1/23
- Agravo interno	6/399
- Agravo regimental.....	5/334
- Alteração contratual.....	6/400
- Assédio moral.....	3/190
- Ausência de pagamento rescisório.....	5/347
- Ausência de recolhimento de honorários advocatícios	1/39
- Auxílio alimentação.....	6/399
- Bancário.....	1/25
- Caixa bancário.....	6/399
- Cargo de confiança.....	1/26, 3/191, 6/415
- Cerceamento de defesa	2/132, 3/192, 5/335
- Citação.....	1/27
- Coisa julgada	1/27, 2/132
- Competência.....	1/28
- Concessionária de serviços de telecomunicações	1/41, 2/133, 2/139
- Concurso público	5/336
- Condições inadequadas de trabalho	3/195
- Conflito de competência	1/28
- Contrato de prestação de serviços.....	2/133
- Contrato de trabalho.....	3/192
- Contrato de transporte.....	3/193, 5/336
- Contribuição assistencial e confederativa	6/410
- Contribuição assistencial.....	6/401, 6/414, 6/421
- Contribuição assistencial/confederativa.....	3/205, 3/210, 3/215, 5/349
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição (Íntegra de Acórdão).....	4/251
- Contribuição confederativa	1/28
- Contribuição sindical rural	1/29, 3/193
- Dano moral.....	1/19, 1/20, 1/32, 1/53, 2/140, 2/145, 3/187, 3/191, 5/337, 5/342, 6/399, 6/403, 6/412, 6/414
- Danos morais.....	1/32, 1/41, 2/147, 3/193, 3/206
- Débito trabalhista.....	1/30, 1/41, 1/42, 1/50, 1/55, 2/145, 2/147, 3/188, 3/194, 3/208, 6/403
- Desvio de função	3/197
- Diárias de viagem.....	3/193
- Diferenças de adicional noturno	1/21
- Diferenças no cartão alimentação	6/399
- Doença ocupacional.....	1/35, 3/201, 5/331, 5/339, 6/412
- Doença profissional.....	2/137, 3/214, 6/413, 6/423
- Dsrs	1/52
- <i>Dumping</i> social	3/215
- <i>Dumping</i> social. Não caracterização. Trabalhador rural. Direitos violados. Controvérsia razoável (Íntegra de Acórdão).....	4/251
- ECT.....	5/339
- Edital.....	2/137
- Embargos de declaração.....	6/405
- Embargos de terceiro	6/405
- Empregado portador de deficiência física	2/143

- Empregado portador de deficiência física. Atividades laborais incompatíveis com as restrições físicas. Dano moral. Configuração (Íntegra de Acórdão)	2/115
- Enquadramento sindical	6/406
- Equiparação salarial	2/132, 3/201
- Estabilidade acidentária.....	1/35, 3/205, 6/423
- Estabilidade gestante	1/19
- Estorno de comissões	3/208
- Execução.....	1/30, 1/37, 3/202, 6/406
- Fazenda pública municipal	3/201
- Férias.....	1/32, 1/38, 1/56, 1/57, 3/202, 3/214
- FGTS	1/56, 3/206
- Fundação.....	6/408
- Gestante	1/36, 6/408
- Gratificação de função.....	3/203
- Gratificação por nível superior.....	3/215
- Grupo econômico	1/53
- Honorários advocatícios.....	1/19, 1/27, 1/41, 1/43, 1/50, 1/52, 2/133, 2/140, 3/187, 3/188, 3/189, 3/205, 3/206, 3/208, 3/210, 3/213, 3/215, 5/345, 5/348, 6/401, 6/403, 6/408, 6/413, 6/415
- Honorários periciais	2/139
- Horas extras e reflexos.....	1/41, 5/342
- Horas extras habituais	2/147
- Horas extras.....	1/25, 1/41, 1/56, 2/139, 2/143, 3/187, 3/193, 3/207, 3/208, 3/212, 3/215, 5/336, 6/410, 6/412, 6/422, 6/423
- Horas extras. Diferenças. Prova (Íntegra de Acórdão).....	4/251
- Horas <i>in itinere</i>	1/40, 1/43, 1/48, 2/139, 3/206, 6/423
- Ilegitimidade de parte	1/41, 2/139
- Incidente de recurso repetitivo.....	1/42
- Incompetência da Justiça do Trabalho	6/400
- Incorporação.....	3/209
- Indenização por dano moral	1/36, 6/408, 6/421
- Indenização por danos morais.....	3/216, 3/222
- Indenização	1/50
- Intervalo de 15 minutos antes da jornada.....	1/20
- Intervalo de 15 minutos	3/187, 3/204
- Intervalo do art. 253 da CLT	6/397
- Intervalo interjornada	3/193, 6/420
- Intervalo intersemanal	1/43
- Intervalo intrajornada.....	1/25, 1/26, 1/43, 1/46, 1/58, 2/133, 2/139, 3/193, 3/204, 3/207, 3/208, 3/210, 6/399, 6/402, 6/406, 6/414, 6/415, 6/421
- Intervalo para repouso e alimentação	1/35, 2/139, 3/209
- Intervalo previsto em norma coletiva	1/43
- Intervalo	6/398
- Jornada de trabalho.....	1/43, 3/186
- Jornada em regime de tempo parcial	1/44
- Julgamento <i>extra petita</i>	6/412
- Juros de mora.....	3/221
- Justiça gratuita.....	1/20, 1/24, 1/41, 1/52, 2/137, 2/140, 3/204, 3/208, 3/213, 6/400, 6/408, 6/413, 6/415

- Litigância de má-fé	1/45
- Mandado de segurança.....	1/45, 2/142, 4/276, 6/414
- Massa falida.....	6/414
- Minutos residuais.....	6/397
- Montador.....	3/222, 6/421
- Motorista de coleta	1/46
- Movimento grevista.....	3/205
- Multa do art. 477 da CLT	6/399
- Multa por descumprimento de acordo	5/341
- Multa	2/133
- Município de Cachoeira Paulista	1/46
- Município de Cruzeiro.....	1/47
- Município de Franca	5/345
- Município de Guararapes	5/345
- Município de Guaratinguetá.....	6/415
- Município de Laranjal Paulista.....	3/212, 3/215
- Município de Penápolis.....	1/47, 2/142, 3/212
- Município de Pindamonhangaba	1/47
- Município de Pindorama	1/47
- Negativa de prestação jurisdicional	3/210
- Nulidade processual	1/48, 2/143, 3/212
- Operador de veículos industriais	3/189
- PDV	3/213
- Periculosidade	5/332
- Período imprescrito.....	6/415
- Plano de saúde.....	3/213
- Prescrição	1/49, 3/214, 3/215
- Prescrição. Empregado rural. Emenda Constitucional n. 28/2000 (Íntegra de Acórdão)	4/251
- Processo trabalhista	1/25, 2/140, 6/403
- Progressões horizontais	3/215
- Promoção funcional.....	3/215
- Promoções horizontais	3/215
- Recurso ordinário	3/215, 3/216, 5/347
- Redução salarial	5/347
- Relação de emprego reconhecida.....	1/51
- Repouso semanal remunerado	3/185, 6/420
- Rescisão contratual.....	1/52, 3/201, 3/217, 3/218, 6/413
- Rescisão indireta	2/144
- Responsabilidade solidária.....	1/54, 3/219
- Responsabilidade subsidiária	1/54, 1/55
- Revelia.....	3/219, 5/349
- Securitário.....	6/421
- Servidor público regido pela CLT.....	1/56
- Servidor público	1/56
- Sindicato	1/57
- Sistema de remuneração variável	3/217
- Sócio retirante.....	1/55
- Sucessão trabalhista	1/56

- Tempo a disposição do empregador.....	2/145
- Terceirização lícita.....	2/137, 2/146, 3/221, 6/420
- Terceirização.....	1/57, 2/146, 6/403, 6/421
- Termo de ajustamento de conduta.....	3/221, 5/352
- <i>Ticket</i> alimentação.....	6/401
- Trabalho penoso.....	6/421
- Tratamento indigno.....	3/212
- Turno ininterrupto de revezamento.....	2/145, 6/422
- Turnos ininterruptos de revezamento.....	1/43, 1/58, 6/423
- Tutela cautelar antecedente.....	1/58
- Uniforme.....	2/147
- Vale alimentação.....	6/398
- Vale-transporte.....	1/52, 5/352
- Verbas rescisórias.....	2/145
- Vínculo de emprego.....	3/216
- Vínculo empregatício.....	1/52, 3/217, 3/222, 5/348

LIMA, Ana Cláudia Pires ferreira de

- Fazer o bem é legal: a atuação voluntária de universitários no combate à exploração infantil e na concretização dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes (Artigo).....	6/367
---	-------

LIMA, Samuel Hugo

- Agravo regimental.....	4/266
- Litisconsórcio.....	4/276

LIMA, Vanderlei Ferreira de

- Fazer o bem é legal: a atuação voluntária de universitários no combate à exploração infantil e na concretização dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes (Artigo).....	6/367
---	-------

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

- Ausência de intimação.....	4/266
- Honorários advocatícios.....	3/205
- Município.....	3/212
- Reexame necessário.....	1/51
- Rescisão do contrato.....	3/218

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Ação ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017.....	2/130
- Adicional de insalubridade.....	2/131, 4/264, 6/397, 6/418
- Adicional de periculosidade.....	2/131
- Desconto.....	2/134
- Enquadramento.....	6/406
- Gestante.....	2/137
- Homologação de acordo.....	6/396
- Honorários advocatícios.....	2/138, 4/264, 6/409

- Intervalo intrajornada.....	2/131, 4/274, 6/406, 6/412
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT.....	2/141
- Multa do art. 467 da CLT.....	2/142
- Responsabilidade subsidiária.....	2/145, 6/418
- Vínculo empregatício.....	4/279

LOPES, Edmundo Fraga

- Confederação da agricultura e pecuária.....	5/336, 6/401
- Contrato de representação comercial.....	5/336
- Empregada gestante.....	5/341
- Férias.....	6/407
- Intervalo.....	6/411
- Responsabilidade solidária.....	6/418

MACHADO, João Alberto Alves

- Honorários sucumbenciais.....	1/39
- Rescisão indireta.....	4/279

MARQUES, Claudinei Zapata

- Minutos residuais.....	3/208
- Responsabilidade subsidiária.....	1/54, 3/219
- Terceirização.....	6/421

MARTINS, Ana Paula Alvarenga

- Mandado de segurança coletivo.....	3/211
--------------------------------------	-------

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e

- Empregado horista.....	4/279
- Responsabilidade subsidiária.....	1/54

NUNES, Luiz Roberto

- Isenção de custas.....	3/195
- Município de Cristais Paulista.....	3/211

NUNES, Marcelo Garcia

- Acúmulo de funções.....	1/20
- Adicional por tempo de serviço.....	1/21
- Execução de débitos de pequeno valor.....	1/37

OLIVEIRA, Brenda Silva Loureiro de

- A mitigação dos benefícios da gratuidade de justiça e a relativização do acesso à justiça após a reforma trabalhista (Artigo).....	2/101
--	-------

PELEGRINI, Edison dos Santos

- Uber motorista.....	3/216
- Uber. Motorista. Inexiste vínculo empregatício (Íntegra de Acórdão).....	2/121

PESTANA, Antonia Regina Tancini

- Alternância de turnos.....	5/352
- Incorporação de abono.....	5/330
- Nulidade por cerceamento de defesa.....	5/346
- Recolhimento das contribuições.....	6/402

PISTORI, Gerson Lacerda

- Bancário.....	2/132
- Jornada dos professores da educação básica.....	2/141
- Pejotização.....	2/143
- Hipossuficiência.....	6/408
- Contribuição sindical.....	1/45
- Mandado de segurança coletivo.....	1/45
- A globalização e a crise dos sindicatos (Artigo).....	1/5

PITAS, José

- Ação de cumprimento.....	2/130
- Ação rescisória.....	4/263, 6/394
- Adicional de insalubridade.....	3/186
- Adicional de periculosidade.....	1/21, 2/131, 6/398
- Adicional por acúmulo de funções.....	5/331
- Atividade externa.....	1/24
- Bombeiro civil.....	6/400
- Cartões de ponto.....	6/402
- Controle de ponto.....	6/402
- Convênio.....	5/337
- Dano existencial.....	6/403
- Dano moral. Direito de imagem. Utilização de uniforme com logomarcas. Indenização indevida (Íntegra de acórdão).....	3/175
- Escala 12x36.....	1/44
- Extinção do feito sem resolução do mérito.....	1/38
- Gerente de banco.....	6/408
- Honorários advocatícios.....	6/409
- Horas extras.....	1/41, 2/139, 6/410
- Horas <i>in itinere</i>	5/342
- Indenização por danos morais e materiais.....	1/42, 2/140, 3/209
- Indenização por danos morais.....	2/140, 5/343
- Intervalo intrajornada.....	5/343, 6/411, 6/412
- Laudo pericial.....	2/143
- Laudo pericial. Processo cível. Não vincula o juízo trabalhista (Íntegra de acórdão).....	1/10
- Multa do art. 477 da CLT.....	2/142
- Responsabilidade da tomadora.....	6/418
- Responsabilidade por acidente.....	3/219
- Responsabilidade subsidiária.....	5/348
- Trabalhador rural.....	5/352
- Trabalhador rural. Normas coletivas. Motorista de caminhão bombeiro. Categoria diferenciada. Inaplicabilidade (Íntegra de acórdão).....	5/305
- Turnos ininterruptos de revezamento.....	2/146
- Vigilante.....	1/59

RAFAEL, Luis Henrique

- Execução da certidão de crédito	5/339
- Vínculo empregatício	3/216
- Vínculo empregatício. Cooperativa de trabalhadores egressos do sistema prisional. Fraude. Caracterização (Íntegra de acórdão).....	4/259

SANTISO, Susana Graciela

- Agravo de petição	5/332
- Agravo regimental.....	5/333
- Cálculos de liquidação.....	5/335
- Contribuições previdenciárias.....	5/336
- Cooperativa	5/337
- Crédito decorrente de ação judicial	5/337
- Fraude à execução	5/340
- Insalubridade	5/332

SANTOS, Alvaro dos

- Pagamento de indenização	1/49
----------------------------------	------

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Administração pública.....	1/21
- Assédio moral	1/23
- Categoria diferenciada.....	3/191
- Competência territorial.....	1/27
- Dano existencial	1/30, 2/133
- Dano moral	1/30, 2/133, 3/196
- Dano moral. Assalto a ônibus. Motorista. Atividade de risco. Reparação devida (Íntegra de acórdão)	3/179
- Danos morais e danos materiais	2/134, 3/196
- Danos morais.....	1/32
- Diferenças de FGTS	6/407
- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970)	1/23
- Entidade pública	6/412
- Execução	2/137
- Férias.....	1/38, 3/202, 6/407
- Honorários advocatícios.....	1/39, 2/138, 5/341, 6/409
- Indenização	2/140
- Justiça gratuita.....	1/23, 3/204
- Prazo não concedido para emenda da inicial.....	2/144
- Prazo não concedido	6/407
- Produção de prova oral	3/192
- Recomposição salarial.....	2/144
- Responsabilidade civil do empregador.....	1/53
- Responsabilidade civil do empregador. Homicídio no local de trabalho. Fato de ter- ceiro (Íntegra de acórdão)	1/13
- Servidor público	6/419
- Sucumbência recíproca	1/40
- Turnos ininterruptos de revezamento	1/58

SCARABELIM, Hamilton Luiz

- Seguro garantia	3/220
-------------------------	-------

SCARABELIM, Larissa Carotta Martins da Silva

- Mandado de segurança	1/46
- Recurso ordinário	4/278
- Recurso ordinário deserto	5/347

SCHIAVONI, Marcel Giuliano

- O estresse psíquico no meio ambiente de trabalho (Artigo).....	5/293
--	-------

SILVA, Luciane Storel da

- Ação de cumprimento	3/185
- Acúmulo de função	3/198
- Agravo de petição	6/398
- Diferenças de verbas rescisórias.....	1/34
- Direito do trabalho.....	1/33, 1/34, 2/134, 2/135, 2/136, 3/198, 3/199, 3/200, 6/404, 6/405
- Direito processual	3/200
- Exclusão do nome	3/200
- Execução	6/406
- Férias.....	1/38
- Horas <i>in itinere</i> fixadas em normas coletivas	2/136
- Intervalo intrajornada	6/405
- Multa por litigância de má-fé.....	2/135
- Município de Franca	6/415
- Recurso ordinário	3/216
- Responsabilidade subsidiária. Recurso da primeira ré pedindo a exclusão da segunda. Não conhecido (Íntegra de acórdão).....	6/380

SIVERS, Eder

- Recurso ordinário	5/347
---------------------------	-------

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz

- Acordo	6/395
- Correspondente bancário	3/191
- Dono da obra	6/417
- Honorários advocatícios	6/409
- Indenização por danos morais. Contratação frustrada (Íntegra de acórdão).....	1/16
- Invalidez do banco de horas.....	5/343
- Lei n. 13.467/2017	6/413
- Lei n. 13.467/2017. Ilegitimidade. Contrariedade aos preceitos fundantes da ordem jurídica democrática e aos princípios e institutos do direito do trabalho. Dever funcional da magistratura (Íntegra de acórdão).....	6/386
- Servidor público celetista.....	6/418
- Terceirização irrestrita.....	5/350, 6/419

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

- Recurso ordinário	6/416
- Recurso ordinário. Aprovação em concurso público. Nomeação. Preterição que se constata pela contratação de terceirizados (Íntegra de Acórdão)	3/169
- Recurso ordinário. Carga e descarga dos porões das aeronaves. Abastecimento concomitante. Adicional de periculosidade devido. Dano moral. Xingamentos. Uso de abafador auricular (Íntegra de Acórdão)	2/109
- Recurso ordinário. Doença profissional. Depoimento da própria parte, negando perda auditiva ao perito. Recurso insistindo seu reconhecimento. Litigância de má-fé. Sansão imposta (Íntegra de Acórdão)	4/249

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Abono desempenho	6/394
- Acidente de trabalho	3/186, 6/394
- Acúmulo de funções	6/396
- Adequação	6/397
- Adicional de insalubridade	6/396
- Alienação fiduciária	6/399
- Ausência de retorno ao trabalho	1/26
- CNA	6/401
- Custas processuais	6/403
- Diferenças salariais	6/416
- Dispensa discriminatória	1/33
- Evolução funcional	6/416
- Extinção do processo sem exame do mérito	1/38
- Fraude à execução	1/37, 6/406
- Honorários advocatícios	6/416
- Incorporação do auxílio alimentação	6/416
- Indenização por danos morais	6/403
- Preliminar de nulidade	6/400
- Preliminar em contrarrazões	6/416
- Recurso ordinário	6/397, 6/416, 6/417
- Responsabilidade subsidiária	6/418

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

- Cef concurso público	3/192
- Competência da Justiça do Trabalho	6/400
- Indenização por danos morais. Exposição ao amianto. Ausência de efetiva constatação de doença ocupacional (Íntegra de Acórdão)	5/321
- Jornada 12x36	3/210, 4/274
- Prescrição. Exposição ao amianto. Dano ao meio ambiente do trabalho e ausência de cuidados previstos em lei com a saúde dos trabalhadores (Íntegra de Acórdão)	5/321
- Termo de ajuste de conduta	3/222

TAVEIRA, Orlando Amâncio

- Intervalo intrajornada	4/274
- Recurso sem procuração	5/347

THOMÉ, Candy Florencio

- Administração pública.....	5/332
- Agente de controle de vetores.....	5/332
- Cargo em comissão.....	5/335
- Contribuição sindical rural.....	5/336
- Execução.....	5/340
- Honorários sucumbenciais.....	5/342
- Litispendência.....	5/344

VIANNA, Ana Cláudia Torres

- Acidente de trabalho.....	1/18
- Adicional de insalubridade.....	3/187
- Anotações na carteira de trabalho.....	1/48
- Astreintes.....	2/132
- Bancário.....	1/24
- Cerceamento de defesa.....	2/132
- Correção monetária.....	2/141
- Dano existencial.....	2/133
- Dano moral coletivo.....	1/30
- Dano moral.....	2/132
- Decisão administrativa.....	3/197
- Descanso semanal remunerado.....	2/141
- Dispensa discriminatória.....	1/33
- Doença ocupacional.....	2/137
- Fixação do valor da indenização.....	2/132
- Honorários periciais técnicos.....	1/39
- Intervalo executado externamente.....	1/42
- Intervalo intrajornada.....	2/141
- Intervalo para refeição.....	3/210
- Jornada de trabalho.....	2/141
- Litigância de má-fé.....	1/45, 2/141
- Litisconsórcio passivo necessário.....	1/57
- Pagamento em parcela única.....	2/132
- Penhora de honorários advocatícios.....	1/49
- Pensão mensal.....	2/132
- Recolhimentos previdenciários e fiscais.....	1/48
- Reintegração aos serviços.....	1/51
- Terceirização ilícita.....	1/57
- Vínculo de emprego.....	1/51

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Fundação Casa-SP.....	5/341
- Contribuição sindical.....	6/413
- Justiça gratuita.....	6/413
- Honorários periciais prévios.....	1/39
- Município.....	1/47

Doutrina

- A globalização e a crise dos sindicatos 1/5
- Contratos de trabalho (contratos existenciais) e negociação coletiva após a Lei n. 13.467/2017 2/77
- A mitigação dos benefícios da gratuidade de justiça e a relativização do acesso à justiça após a reforma trabalhista 2/101
- A atuação extrajudicial dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (Jeias) como efetivação do sistema em rede de proteção de crianças e adolescentes 3/159
- O meio ambiente do trabalho e a saúde mental do trabalhador: novas tecnologias e os desafios à efetivação da dignidade humana 4/239
- O estresse psíquico no meio ambiente de trabalho 5/293
- Fazer o bem é legal: a atuação voluntária de universitários no combate à exploração infantil e na concretização dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes 6/367

Íntegras

- DANO MORAL. ASSALTO A ÔNIBUS. MOTORISTA. ATIVIDADE DE RISCO. REPARAÇÃO DEVIDA. É certo que todos os cidadãos estão sujeitos a prática de furtos ou roubos na vida cotidiana, o que decorre da nossa precária segurança pública, sendo que o dano decorrente desse fato não pode ser imputado ao empregador de um modo geral. O mesmo não ocorre, no entanto, com empregados que lidam com o transporte de valores, os quais ficam muito mais vulneráveis à ação dos criminosos. Tratando-se de atividade de risco, portanto, cabe ao empregador tomar todas as medidas adequadas e necessárias para proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro, como forma de evitar o risco existente ou ao menos amenizá-lo ao máximo, prevenindo a ocorrência de danos aos trabalhadores. Não há dúvida de que, no desempenho da sua função de motorista, o autor estava mais exposto ao risco de ser vítima de assaltos e, por consequência, sofrer violação a sua integridade física e psicológica, em virtude do transporte do numerário arrecadado com o pagamento das passagens. Também é inegável o abalo psicológico decorrente do assalto sofrido, mediante grave ameaça, que colocou em perigo sua incolumidade física e até mesmo sua vida. Em casos como esse, é dispensável a prova do dano moral, que se configura *in re ipsa*, ou seja, é uma inarredável consequência da violência vivenciada pelo autor. A situação se agrava por ter ficado comprovado que a reclamada não adota nenhuma medida de amparo social e auxílio psicológico ao trabalhador, limitando-se a encaminhá-lo para elaboração do boletim de ocorrência. E quando tais medidas não são adotadas, há responsabilidade do empregador pelos danos sofridos, acarretando o dever de reparação. Recurso ordinário não provido. Rel. Lorival Ferreira dos Santos 3/179
- DANO MORAL. DIREITO DE IMAGEM. UTILIZAÇÃO DE UNIFORME COM LOGOMARCAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. A utilização, durante a jornada de trabalho, de uniforme com logomarcas não fere, necessariamente, o direito de imagem dos empregados, não ensejando, portanto, direito à indenização, à exceção de eventual hipótese em que o uso seja capaz de expor o empregado ao ridículo ou a situações vexatórias. Rel. José Pitas 3/175
- EMPREGADO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ATIVIDADES LABORAIS INCOMPATÍVEIS COM AS RESTRIÇÕES FÍSICAS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. O empregador, ao contatar empregado portador de deficiência física, tem a obrigação de manter o ambiente seguro e digno, garantindo ao trabalhador o desempenho de funções compatíveis com as suas restrições físicas, a fim de implementar as garantias fundamentais insculpidas no art. 1º, incisos III e IV, da CF. Comprovado que o empregado era submetido a condições de trabalho inadequadas, exsurge o dever de reparação. Rel. Luiz Antonio Lazarim 2/115

- EMPREGADO PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR. DEFICIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELA RECLAMADA DO CUMPRIMENTO DAS COTAS PREVISTAS NO ART. 93 DA LEI N. 8.213/1991. RECONHECIMENTO DO DIREITO AOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI 13.146/2015. NULIDADE DA DISPENSA E REINTEGRAÇÃO. POSSIBILIDADE. O empregado que tem visão monocular é considerado deficiente, enquadrado nos arts. 2º da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e 93, § 1º, da Lei n. 8.213/1991 que para tanto não exigem que a deficiência tenha resultado de acidente ocorrido no âmbito da empresa. Se o empregador não comprova a observância da cota legal, nem que a dispensa do reclamante foi precedida da contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei n. 8.213/1991, o autor faz jus ao benefício legal, o que leva à nulidade da dispensa imotivada e justifica a reintegração. Sentença mantida. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani 6/377

- FIXAÇÃO DA “COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL”. CUSTEIO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA EXITOSA QUE OBTEVE BENEFÍCIOS EM PROL DE TODOS OS EMPREGADOS REPRESENTADOS ASSOCIADOS OU NÃO DO SINDICATO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE, DA BOA-FÉ OBJETIVA E DA FUNÇÃO SOCIAL DA CONTRATAÇÃO COLETIVA. É lícita a estipulação da cota de participação negocial em acordos/convenções coletivas destinada a ressarcir o trabalho e as despesas da entidade sindical em promover negociação coletiva exitosa, que redundou em benefício financeiro para todos os empregados integrantes da categoria, associados ou não do sindicato. Assim sendo, deve ser descontada de todos os empregados, associados ou não, pois todos se beneficiaram igualmente dos resultados da negociação coletiva. Tal entendimento está respaldado no princípio constitucional da isonomia, da solidariedade, da boa-fé objetiva e da função social da contratação coletiva, amparado no inciso XXVI do art. 7º da CF/1988, que reconheceu a negociação coletiva como direito fundamental de todos os trabalhadores e não apenas dos associados, eis que nosso sistema, pautado pela unicidade, imputa ao sindicato a obrigação de representar os interesses de toda a categoria, nos termos dos incisos II e III do art. 8º da CF/1988. Além de ter respaldo constitucional, tal estipulação não viola o entendimento do STF no julgamento da ADI n. 5794, que trata de matéria distinta, nem a Súmula Vinculante n. 40 e Sumula n. 666 do STF, Precedente Normativo n. 119 do C. TST, OJ n. 17 da SDC/TST e inciso XXVI do art. 611-B, inserido na CLT pela Lei n. 13.467/2017, uma vez que a “cota de participação negocial” tem natureza jurídica ressarcitória, não se destinando ao custeio confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento do sistema, mas na participação de cada representado beneficiado pelo ressarcimento do trabalho e despesas inerentes ao processo negocial, que a entidade sindical teve que promover para obter êxito na negociação coletiva, que trouxe resultados financeiros em benefício de todos os empregados, e não apenas dos associados. Inteligência dos incisos II e III do art. 8º e XXVI do art. 7º da CF/1988, aplicação dos arts. 421 e 422 do Código Civil, assim como arts. 611-A e 611-B da CLT, em interpretação conforme aos princípios da solidariedade, isonomia e liberdade sindical previstos no inciso I do art. 3º, *caput*, e XX do art. 5º, todos da CF/1988. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani 5/313

- INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATAÇÃO FRUSTRADA. Rel. Jorge Luiz Souto Maior 1/16

- LAUDO PERICIAL. PROCESSO CÍVEL. NÃO VINCULA O JUÍZO TRABALHISTA. A conclusão de laudo pericial firmado em processo cível não tem o condão de, por si só, elidir aquela firmada por perito da confiança do Juízo no processo trabalhista, no qual se garantiu ao empregador o direito ao contraditório, e, assim, não vincula este Juízo. Rel. José Pitas 1/10

- LEI N. 13.467/2017. ILEGITIMIDADE. CONTRARIEDADE AOS PRECEITOS FUNDANTES DA ORDEM JURÍDICA DEMOCRÁTICA E AOS PRINCÍPIOS E INSTITUTOS DO DIREITO DO TRABALHO. DEVER FUNCIONAL DA MAGISTRATURA. Conforme fixado no Enunciado n. 1, da 2ª Jornada da Anamatra: “A Lei n. 13.467/2017 é ilegítima, nos sentidos formal e material”. A declaração de ilegitimidade de uma lei serve, no mínimo, como essencial registro histórico e se apresenta como o fio condutor do processo de sua interpretação e aplicação, atendendo, ainda, ao postulado necessário de sua intersecção com outras normas e institutos jurídicos, conforme definido nos seguintes Enunciados das “Avaliações Preliminares” da magistratura trabalhista da 15ª Região, aprovados, em novembro de 2017, no simpósio “Reforma Trabalhista e Justiça do Trabalho: desafios e perspectivas”, organizado pela Escola Judicial do TRT15: **“A fonte material de uma lei é base para a sua interpretação e aplicação.** A Lei n. 13.467/2017, elaborada e aprovada em tempo recorde, sem os devidos estudos, debates e demanda popular, foi impulsionada em desrespeito aos preceitos democráticos para a sua elaboração e aprovação. Além disso, contrariou os postulados convencionais para a criação de leis trabalhistas de caráter mais amplo (Convenção 154 da OIT, bem como os verbetes n. 1.075, 1.081 e 1.082 do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho), desrespeitou a função histórica do direito do trabalho de melhoria das condições sociais dos trabalhadores e ofendeu os princípios jurídicos trabalhistas, notadamente o da progressividade. Na aplicação da Lei n. 13.467/2017 não se deve descolá-la de seu processo histórico, pois assim se compreenderá melhor a importância da preservação das conquistas sociais, da ordem constitucional e do regular funcionamento das instituições democráticas”. **“Interpretação das normas trabalhistas e independência da magistratura.** A Lei n. 13.467/2017 não é uma lei superior às demais. Não faz letra morta da CF e dos tratados internacionais relativos aos direitos humanos e aos direitos sociais, nem se sobrepõe aos princípios, conceitos e institutos jurídicos do direito do trabalho. Não tem o poder de aniquilar a independência dos juízes, de modo a impedir que cumpram o seu dever de aplicar o direito, interpretando as leis, em sua totalidade, segundo as regras da hermenêutica, os princípios, conceitos e institutos jurídicos, e as normas constitucionais e internacionais, cumprindo-lhe, se for o caso, declarar as inconstitucionalidades ou inconveniências da lei. A independência dos juízes é uma garantia da cidadania contra o autoritarismo e o abuso dos poderes políticos e econômicos, principalmente quando colocam em risco a eficácia dos direitos humanos e dos direitos sociais”. Rel. Jorge Luiz Souto Maior 6/386

- PRESCRIÇÃO. EMPREGADO RURAL. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 28/2000. Ajuizada a reclamação trabalhista após extrapolado o prazo de cinco anos contados da vigência da EC n. 28/2000, o empregado não tem garantia à imprescritibilidade dos direitos oriundos do vínculo de emprego. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 417 da SDI-1 do C. TST. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. PROVA. É ônus do trabalhador demonstrar, objetiva e matematicamente, a existência de diferenças de horas extras não quitadas pelo empregador, confrontando quantidade de horas laboradas com os recibos de pagamento havidos. *DUMPING SOCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. TRABALHADOR RURAL. DIREITOS VIOLADOS. CONTROVÉRSIA RAZOÁVEL.* A violação de direitos individuais controvertidos no trabalho rural, por si só, não caracteriza o *dumping* social justificador da cominação indenizatória ao empregador. O *dumping* social está direcionado à violação de direitos da coletividade trabalhadora com reflexos na concorrência desleal no mercado produtivo. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA. RESTITUIÇÃO. Não comprovada a filiação do empregado ao sindicato de classe, é devida a restituição dos descontos efetuados a título de contribuição assistencial e confederativa. Precedente Normativo n. 119 do C. TST e Súmula Vinculante n. 40 do STF. Rel. Luiz Antonio Lazarim..... 4/251

- PRESCRIÇÃO. EXPOSIÇÃO AO AMIANTO. DANO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E AUSÊNCIA DE CUIDADOS PREVISTOS EM LEI COM A SAÚDE DOS TRABALHADORES. A utilização de amianto constitui dano ao meio ambiente do trabalho (arts. 200, VIII, e 225 da Constituição Federal) e causa patentes riscos à saúde e à vida dos trabalhadores envolvidos em sua produção. A exposição ao amianto, ainda mais quando desrespeitadas as normas que exigem o acompanhamento da saúde desses trabalhadores, torna os direitos decorrentes dessa exposição não possíveis de serem alcançados pela prescrição. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXPOSIÇÃO AO AMIANTO. AUSÊNCIA DE EFETIVA CONSTATAÇÃO DE DOENÇA OCUPACIONAL. A ausência de efetiva constatação de doença ocupacional não se constitui em óbice ao pleito de indenização. Os riscos à saúde, em face da exposição ao amianto, em primeiro lugar, perpassam toda a vida do trabalhador, posto que doenças podem se apresentar décadas após a exposição (verifique-se em www.wikipedia.org.br, que indica que os principais riscos da exposição ao amianto são os de desenvolvimento de câncer, cujo tempo de latência é de 15 a 30 anos; mesotelioma, cuja latência vai de 20 a 50 anos e asbestose, com latência de 10 a 20 anos). O que gera o direito à indenização é a omissão da empresa que utilizou o amianto no acompanhamento efetivo da saúde da população exposta ao produto, mormente seus trabalhadores, descumprindo obrigações previstas na NR-15, Anexo 12, e na Lei n. 9.055/1995. Patente o dever constitucional de indenizar, previsto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal e nos arts. 186 e 927 do Código Civil. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa 5/321

- RECURSO ORDINÁRIO. APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. PRETERIÇÃO QUE SE CONSTATA PELA CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS. Incontroversa a aprovação do reclamante em regular concurso público realizado pela reclamada, para formação de cadastro de reserva para o cargo de Técnico Bancário Novo - Carreira Administrativa, previsto no Edital 01 - Caixa, deste constando as atribuições do empregado. A prova dos autos, no entanto, revelam que a ré tem preterido os candidatos aprovados no concurso público, realizando contratação de empregados terceirizados para as atividades típicas do cargo, para o qual realizou concurso regularmente homologado. Fato é que, além da existência de ações civis públicas questionando esse comportamento e, inclusive, com celebração de TAC não impediram que a reclamada realizasse seleções paralelas de pessoal quando já em fase final o concurso público para provimento inicial no cargo de “técnico bancário novo”, em vias de ser homologado, praticamente em simultaneidade à licitação do pregão, mas sem priorizar a contratação dos concursados. Assim, há claro desvio de finalidade do ato administrativo, pois embora o ente da administração pública indireta tenha realizado regularmente certame público, seu aproveitamento foi comprometido quando, pela via transversa da terceirização ilícita das atividades englobadas pelas atribuições dos cargos do concurso público, ela preteriu os candidatos aprovados, irrelevante tenha a seleção da empresa terceirizada ter se pautado nos preceitos da Lei n. 8.666/1993 (art. 9º da CLT). Neste quadro, na esteira do julgamento proferido pelo E. STF no RE 837311, com reconhecimento de repercussão geral, o reclamante tem direito a ser nomeado, ainda que se trate de cadastro reserva, sendo nesse sentido farta e atual jurisprudência do C. TST. Recurso provido. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza..... 3/169

- RECURSO ORDINÁRIO. CARGA E DESCARGA DOS PORÕES DAS AERONAVES. ABASTECIMENTO CONCOMITANTE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DEVIDO. DANO MORAL. XINGAMENTOS. USO DE ABAFADOR AURICULAR. Na esteira de vários e específicos precedentes do C. TST, se as atividades do empregado nas rampas próprias para a carga e descarga de mercadorias e bagagens dos porões das aeronaves ocorriam concomitantemente com o abastecimento, vale dizer, dentro da bacia

de risco, os empregados fazem jus ao adicional de periculosidade, não se tratando de contato eventual nem esporádico, mas habitual e por período considerável, vários que são os aviões que se carregam e que se descarregam. Recurso da empresa improvido. E, quanto ao pedido de reparação por dano moral, advindo de xingamentos costumeiramente feitos pelo encarregado, a prova oral é mais do que suficiente para o reconhecimento do ato ilícito, sendo elementar que os abafadores auriculares não tornam surdos os empregados, a ponto de não ouvirem os impropérios do preposto da empresa, incompatíveis com a urbanidade e respeito mútuo que devem prevalecer no ambiente de trabalho. Apelo do autor provido, no particular. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza.....2/109

- RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA PROFISSIONAL. DEPOIMENTO DA PRÓPRIA PARTE, NEGANDO PERDA AUDITIVA AO PERITO. RECURSO INSISTINDO SEU RECONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SANSÃO IMPOSTA. Tal como se verificou do laudo pericial, o reclamante negou, por 3 vezes, qualquer *deficit* auditivo. Publicada a sentença, recorre sustentando a ocorrência da patologia e alegando que o perito teria feito uma análise superficial. Esta atitude recursal, indubitavelmente, encontra tipicidade no art. 80, I e V, do CPC, pois além de agir temerariamente nesta instância, não teve pejo de impugnar a sentença contrariando fato incontroverso por ele mesmo declarado, qual seja, a inexistência de perda auditiva. Neste quadro, de ofício, impõe-se condenar o reclamante em multa por litigância de má-fé, na ordem de 5% sobre o valor por ele dado à causa na petição inicial (R\$ 132.262,52), bem como a indenizar a reclamada pelas despesas processuais suportadas, que ora se arbitra em R\$ 5.000,00, valor este condizente com a complexidade e com os incidentes ocorridos no processo, tudo nos termos do art. 81, *caput*, do CPC. Recurso improvido, com sancionamento. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza.....4/249

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. HOMICÍDIO NO LOCAL DE TRABALHO. FATO DE TERCEIRO. O empregador deve zelar pela higidez e cumprimento de normas de segurança no ambiente de trabalho. Todavia, não há como se exigir do empregador ingerência tal na vida dos seus empregados a ponto de impedir situações de risco ou eventos criminosos ocorridos em circunstâncias totalmente alheias à prestação laboral. Evidenciado o homicídio por motivo torpe, totalmente desvinculado das atividades profissionais dos envolvidos, estar-se-á diante de fato de terceiro, não equiparado a acidente do trabalho, já que a reclamada não detinha a mínima condição de evitá-lo. Recurso a que se nega provimento. Assim, não havendo conduta ilícita praticada pela reclamada que tenha, ainda que por via reflexa, dado causa ao dano sofrido pelo recorrente, não há que se falar em indenização por danos materiais e morais. Rel. Lorival Ferreira dos Santos.....1/13

- RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. RECURSO DA PRIMEIRA RÉ PEDINDO A EXCLUSÃO DA SEGUNDA. NÃO CONHECIDO. As partes somente estão aptas a produzir o pleito de reforma quando estiverem revestidas de interesse e legitimidade, ou seja, devem ter sido atingidas pela decisão recorrida. No espeque, é cediço que o legitimado a recorrer é aquele que sucumbiu, que foi vencido como parte ou terceiro, ou seja, aquele que foi atingido pela decisão recorrida. Exegese do art. 996 do CPC reformulado. A defesa de interesses particulares deve ser solvida em outro foro. Recurso não conhecido neste ponto. Rel. Luciane Storel da Silva6/380

- TRABALHADOR RURAL. NORMAS COLETIVAS. MOTORISTA DE CAMINHÃO BOMBEIRO. CATEGORIA DIFERENCIADA. INAPLICABILIDADE. Ao trabalhador rural que

executa serviços como motorista de caminhão bombeiro em atividades ligadas diretamente à produção de cana, não se aplicam as normas coletivas da categoria diferenciada dos trabalhadores do ramo dos transportes rodoviários de carga, ante a natureza rural dos serviços vinculados à atividade preponderante do empregador. Rel. José Pitas..... 5/305

- UBER. MOTORISTA. INEXISTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Não é empregado motorista que presta serviços de transporte de passageiros por intermédio do aplicativo Uber, porquanto não há subordinação na relação de trabalho, a principal característica do vínculo de emprego. Na medida em que a pessoa tem plena liberdade de definir o seu horário de trabalho, os dias de trabalho, podendo prestar serviços a outrem, inclusive aplicativo concorrente, com autonomia, sem nenhuma ingerência da reclamada. Recurso do reclamante desprovido. Rel. Edison dos Santos Pelegrini 2/121

- VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERATIVA DE TRABALHADORES EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL. FRAUDE. CARACTERIZAÇÃO. A hipótese legal contida no parágrafo único do art. 442 da CLT pressupõe a existência de uma verdadeira sociedade cooperativa, nos termos da Lei n. 5.764/1971. Pressupõe, também, sob todos os aspectos, a existência de verdadeiros associados e que o objeto dessa cooperativa seja lícito. A finalidade da cooperativa é prestar serviços aos associados ou em regime de reciprocidade. Visa, sobretudo, o bem comum dos sócios cooperados. A cooperativa que deixa de cumprir essa finalidade para simplesmente arregimentar pseudoassociados para prestação de serviços para terceiros, numa nítida locação de mão de obra, divorcia-se flagrantemente da sua própria razão de existir. No caso, ficou evidenciada a fraude, pois o município se beneficiou da contratação de mão de obra de egressos do sistema prisional com menor custo, sem realizar concurso público ou licitação para contratação de empresa prestadora de serviços, caracterizando a ocorrência de intermediação ilícita de mão de obra, por meio da qual o trabalhador colocou sua força de trabalho à disposição da FUNAP e do Município de Sorocaba, recebendo salário por hora, sem qualquer autonomia no desenvolvimento de sua atividade. Portanto, o objeto do contrato entre a cooperativa e o tomador de serviço é ilícito, impondo-se reconhecer o vínculo empregatício. Rel. Luis Henrique Rafael..... 4/259

Ementário de Jurisprudência

ABONO

- Abono desempenho. Natureza salarial. Reflexos..... 6/394
- Abonos salariais concedidos em valores fixos. Reajuste salarial com fundamento no princípio da isonomia. Impossibilidade. Súmula n. 339/STF. Súmula Vinculante n. 37..... 6/394
- Incorporação de abono. Leis n. 8.178/1991 e 8.238/1991. Reajustes superiores aos legais. Incorporação indevida..... 5/330

AÇÃO

- Ação ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). Petição inicial. Requisitos. Ausência de indicação de valor do pedido. Extinção do processo sem resolução do mérito 2/130
- Ação anulatória. Auto de infração. Empresa de pequeno porte. Necessidade de dupla visita..... 5/330
- Ação anulatória. Auto de infração. Nulidade. Multa aplicada pela fiscalização do trabalho. Incorreta capitulação legal da infração..... 3/185, 4/263
- Ação cautelar. Recurso ordinário. Efeito suspensivo 5/330
- Ação civil pública. Descumprimento da cota mínima para contratação de pessoas com deficiência. Art. 93 da Lei n. 8.213/1991. Prova 2/130
- Ação coletiva. Meio adequado para defesa de direitos individuais homogêneos 3/185
- Ação de cobrança de contribuições sindicais. Editais de cobrança publicados sem identificação do devedor. Ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo previsto no art. 605 da CLT..... 1/18, 2/130, 5/330
- Ação de cobrança. Contribuição sindical rural. Enquadramento. Hipóteses do art. 1º do Decreto-Lei. n. 1.666/1971. Ônus probatório 1/18
- Ação de cumprimento. Pagamento de horas extras. Não cabimento 2/130
- Ação de cumprimento. Reiteradas violações à norma coletiva. Descanso semanal remunerado. Feriados. Dano moral coletivo configurado. Indenização devida..... 3/185
- Ação por danos morais. Alegada dispensa discriminatória. Doença que não tem nexos de causalidade com o trabalho e que não se reveste de gravidade. Legalidade da denúncia vazia do contrato de trabalho. Inexistência de dano moral..... 3/186
- Ação rescisória. Ofensa manifesta à norma jurídica (inciso V, art. 966, CPC). Súmula de tribunal regional em conflito direto com o teor da vinculante. Inexistência de matéria controvertida. Rescisão que se impõe..... 4/263, 6/394
- Ação rescisória. Reclamação trabalhista. Suposta fraude na elaboração de laudos periciais. Interesse individual disponível. Ilegitimidade ativa do Ministério Público..... 4/263
- Ação rescisória. Violação a dispositivo de lei. Interpretação razoável conferida à matéria. Improcedência 1/18

ACIDENTE

- Acidente de trabalho. Ação indenizatória ajuizada após a EC n. 45/2004 na esfera trabalhista. Prescrição 5/330
- Acidente de trabalho. Alegação de culpa exclusiva da vítima. Ausência de prova. Responsabilidade da reclamada de indenizar os danos decorrentes 6/394

- Acidente de trabalho. Contrato temporário. Estabilidade acidentária. Indenização substitutiva. Inocorrência.....	1/18
- Acidente de trabalho. Corte de cana. Descumprimento das normas de segurança o trabalho. Indenização devida.....	1/18
- Acidente de trabalho. Culpa do empregado. Ausência de prova. Máquina trituradora. Atividade de risco. Indenizações devidas.....	2/131
- Acidente de trabalho. Culpa exclusiva da vítima não comprovada. Responsabilidade do empregador em indenizar os danos decorrentes.....	3/186
- Acidente de trajeto. Responsabilidade civil do empregador. Responsabilidade subjetiva. Ausência denexo de causalidade. Indenização indevida.....	6/395
- Acidente do trabalho típico (art. 19 da Lei n. 8.213/1991). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	6/395
- Acidente do trabalho. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva da empregadora. Responsabilidade solidária das tomadoras.....	4/263
- Acidente do trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Pretensão de indenização por danos materiais e morais. Inexistência de responsabilidade reparatória para o empregador. Improcedência.....	6/395
- Acidente do trabalho. Dano moral. Indenização. Valor. Majoração. Não cabimento.....	3/216
- Acidente do trabalho. Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	1/19
- Acidente típico de trabalho. Sequela incapacitante. Indenização por danos materiais, morais e estéticos. Cabimento.....	1/48
- Estabilidade acidentária/indenização substitutiva. Direito.....	6/423

ACORDO

- Acordo coletivo do trabalho. Prevalência sobre a convenção coletiva.....	1/19
- Acordo sem reconhecimento de vínculo de emprego. Incidência de contribuições previdenciárias.....	6/395
- Atraso ínfimo no pagamento de parcelas do acordo. Cláusula penal. Interpretação restritiva. Adequação. Art. 413 do Código Civil.....	6/396
- Homologação de acordo extrajudicial. Eficácia liberatória pelo extinto contrato de trabalho. Admissibilidade.....	6/396

ACÚMULO DE FUNÇÕES

- Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização.....	3/198
- Acúmulo de função. Não configuração.....	1/19, 1/26, 3/208, 3/210
- Acúmulo de função. Ônus da prova.....	3/187
- Acúmulo de função. Realização de duas funções. Configuração. Radialista. Adicional devido.....	3/186
- Acúmulo de funções. Empregado contratado como vendedor e que também trabalhava na arrumação do local de trabalho e na divulgação dos produtos. Comissionista puro. Acréscimo salarial devido.....	6/396
- Acúmulo de funções. Exercício de funções compatíveis com aquelas contratadas. <i>Plus</i> salarial indevido.....	1/20
- Acúmulo de funções. Interrupção do sinalagma. Comutatividade.....	6/396

ADEQUAÇÃO

- Adequação. Interesse processual.....	6/397
--	-------

ADICIONAL

- Adicionais de insalubridade e de periculosidade. Cumulação. Não cabimento	1/20
- Adicional de hora extra. Professor municipal celetista. Indevido. Exegese dos arts. 37, inciso X, e 169 da CF	4/264
- Adicional de insalubridade em grau máximo. Contato com agentes biológicos sem adequada proteção. Limpeza de banheiro público. Entendimento pacificado pela Súmula n. 448, II, do C. TST	1/20
- Adicional de insalubridade em grau máximo. Contato com agentes químicos e biológicos sem adequada proteção. Limpeza de banheiro público. Súmula n. 448, II, do C. TST	3/186
- Adicional de insalubridade em grau máximo. Contato com agentes químicos e biológicos sem adequada proteção. Limpeza de banheiro público. Entendimento pacificado pela Súmula n. 448, II, do C. TST	5/331
- Adicional de insalubridade. Agente físico frio. Ausência de pausa térmica	3/186
- Adicional de insalubridade. Álcalis cáusticos	6/396
- Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao sol. Indevido	3/186
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo. Súmula Vinculante n. 4 do STF	4/264
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n. 4 do STF	6/398
- Adicional de insalubridade. Cozinha. Trabalho em ambiente fechado. Exposição a calor acima da tolerância	2/131
- Adicional de insalubridade. Cumulação. Agentes nocivos diversos. Não cabimento	3/214
- Adicional de insalubridade. Direito	1/20, 1/48, 6/403
- Adicional de insalubridade. Direito. Não cabimento	3/187
- Adicional de insalubridade. Exposição a agentes insalubres na forma das normas regulamentadoras pertinentes. Devido	2/131, 4/264, 6/397, 6/418
- Adicional de insalubridade. Fornecimento de EPIs. Pagamento indevido	3/187
- Adicional de insalubridade. Frio. Prova pericial. Cabimento	6/397
- Adicional de insalubridade. Fundação Casa. Unidade de internação de menores infratores. Agente de apoio socioeducativo. Não cabimento	1/20
- Adicional de insalubridade. Gari. Varrição de ruas. Indevido	6/398
- Adicional de insalubridade. Higienização de sanitários de uso coletivo, com grande circulação de pessoas. Unidade Básica de Saúde. Ausência de comprovação de entrega regular de EPIS. Súmula n. 448, II, do C. TST	5/331
- Adicional de insalubridade. Inépcia da inicial. Impugnação ao LTCAT. Requisito não obrigatório	3/187
- Adicional de insalubridade. Merendeira (cozinha) de escola municipal. Município de Iracemápolis. Indevido	5/331
- Adicional de insalubridade. Motorista de caminhão de lixo. Necessidade de enquadramento da atividade nos moldes do Anexo 14 da NR-15. Inocorrência. Adicional indevido	4/264
- Adicional de insalubridade. Prova pericial. Direito	3/221, 6/398
- Adicional de insalubridade. Ruído. Direito	1/56
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor excessivo. Cabimento	1/20
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Cabimento	1/35, 1/49, 3/187, 6/423
- Adicional de periculosidade. Abastecimento de empilhadeira. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST	3/188
- Adicional de periculosidade. Acompanhamento do abastecimento do veículo. Inexistência de direito ao referido adicional	2/131

- Adicional de periculosidade. Ausência de comprovação de atividade perigosa. Não cabimento	3/186
- Adicional de periculosidade. Contato eventual com inflamáveis. Súmula n. 364 do C. TST. Indevido	6/398
- Adicional de periculosidade. Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Aplicação do art. 193, II, da CLT. Impossibilidade	3/188, 4/264, 4/265
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Permanência em área de risco.....	2/132
- Adicional de periculosidade. Ingresso e permanência na área de risco. Apenas acompanha o abastecimento do veículo. Inexistência de direito ao referido adicional.....	1/21
- Adicional de periculosidade. Ingresso. Permanência na área de risco. Apenas acompanha o abastecimento do veículo. Inexistência de direito ao referido adicional.....	6/398
- Adicional de periculosidade. Montador de móveis. Uso de motocicleta. Não cabimento	6/421
- Adicional de periculosidade. Promotor de vendas. Utilização de motocicleta como meio de transporte para fins de execução da atividade principal. Indevido	1/40
- Adicional de periculosidade. Promotora de vendas. Posto de combustível. Balcão localizado a mais de 7,5m das bombas, próximo à loja de conveniência. Indevido.....	3/188
- Adicional de periculosidade. Prova pericial. Não cabimento	3/188
- Adicional de periculosidade. Trabalhador mensalista. Reflexos em DSR. Indevidos.....	2/131
- Adicional de periculosidade. Vigia. Não cabimento.....	1/21
- Adicional noturno. Horas laboradas após às 5h. Jornada mista. Cabimento.....	1/29
- Adicional noturno. Jornada em prorrogação. Incidência	6/408
- Adicional noturno. Prorrogação. Jornada das 00h às 8h. Indevido	3/188
- Adicional por acúmulo de funções. Configuração. Indevido.....	5/331
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênios). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Aplicável ao servidor regido pela CLT.....	3/188
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos empregados públicos	1/27
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público celetista do Estado de São Paulo. Lei Estadual n. 6.628, de 27 de dezembro de 1989. Base de cálculo. Remuneração	5/331
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público vinculado ao regime celetista.....	1/21
- Adicional. Gratificação de função. Ente público estadual - SPPREV. Pagamento a empregados celetistas. Art. 133 c/c art. 124 da Constituição do Estado de São Paulo. Improcedência.....	3/189, 4/265
- Cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Impossibilidade	5/331
- Diferenças de adicional de insalubridade. Ônus da prova	1/51
- Diferenças de adicional noturno. Ônus da prova.....	1/21
- Insalubridade. Adicional. Varredora de rua. Fornecimento de EPIs. Indevido. Atividade não comparável à do lixo urbano, dos lixeiros.....	1/21
- Insalubridade. Ficha de informação do produto. Não fornecimento de EPI adequado. Desconsideração da perícia. Adicional devido	5/332
- Operador de veículos industriais. Adicional de periculosidade e reflexos. Abastecimento de empilhadeira e rebocador. Prova pericial. Cabimento	3/189
- Periculosidade. Exposição a agentes inflamáveis. Combustíveis. Tanque de armazenamento. Construção vertical. Adicional devido	5/332

ADMINISTRAÇÃO

- Administração pública. Contratação sem prévia admissão em concurso público. Cargo temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho	4/265
--	-------

- Administração pública. Contrato nulo. Efeitos	3/196
- Administração pública. Responsabilidade solidária. Termo de parceria. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Coautoria	3/189
- Administração pública. Responsabilidade subsidiária. Termo de ajuste de conduta	5/332
- Administração pública. Terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária. Reconhecimento	1/21

AGENTE

- Agente de controle de vetores. Combate às endemias. Piso salarial. Aplicabilidade da Lei n. 11.350/2006	5/332
---	-------

AGRAVO

- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Benefício da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos	1/22
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Justiça gratuita. Dispensa do depósito recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade	3/189
- Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Matéria posta em recurso ordinário. Impossibilidade de o MM. Juízo <i>a quo</i> denegar seguimento ao recurso. Cerceamento de defesa configurado	4/275, 5/332, 5/344
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário contra decisão interlocutória	3/189
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Insuficiência financeira e patrimonial. Prova.....	1/22
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Intempestividade. Prazo em dobro. Sindicato. Não aplicação. Lançamento de prazo no PJe. Procedimento administrativo. Ausência de força legal	1/22
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Processo de alçada. Lei n. 5.584/1970. Irrecorribilidade. Matéria constitucional. Processamento	1/22
- Agravo de petição. Art. 475-J do CPC (art. 523, § 1º, do CPC/2015). Inaplicabilidade no processo trabalhista.....	1/22
- Agravo de petição. Bem de família. Impenhorabilidade	6/398
- Agravo de petição. Cálculos de liquidação. Coisa julgada	5/332
- Agravo de petição. Condomínio de empregadores rurais. Exclusão de associado. Pendência judicial. Responsabilidade. Cabimento.....	1/22
- Agravo de petição. Fraude à execução. Terceiro adquirente de boa-fé. Não ocorrência	1/22
- Agravo de petição. Penhora sobre conta-corrente. Pagamento de salários. Ausência de ilegalidade	1/23
- Agravo de petição. Responsabilidade do administrador de sociedade anônima. Necessidade de comprovação da culpa ou dolo do administrador ou violação da lei ou do estatuto. Aplicação do art. 158 da Lei n. 6.404/1976.....	5/333
- Agravo de petição. Venda de veículo que se encontrava penhorado. Registro da penhora posterior à venda. Boa-fé da adquirente	4/265
- Agravo interno. Pedido de reconsideração. Não interrupção do prazo. Intempestividade.....	6/399
- Agravo regimental em conflito de atribuição. Perda de objeto. Arquivamento	5/333
- Agravo regimental em correção parcial. Decisão que decreta revelia. Ato jurisdicional. Inexistência de tumulto processual. Possibilidade de discussão por recurso próprio. Tulumto processual ou conduta abusiva não caracterizados. Agravo não provido	5/333

- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determina o retorno do processo à segunda instância para julgamento de embargos de declaração pendentes de apreciação. Natureza jurisdicional. Existência de meios processuais para discussão do ato. Tumulto processual ou conduta abusiva não caracterizados. Agravo não provido 5/333
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determina realização de perícia médica. Natureza jurisdicional. Existência de meios processuais para discussão do ato. Tumulto processual ou conduta abusiva não caracterizados. Agravo não provido 5/333
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determinou de ofício a instauração de incidente para descon sideração da personalidade jurídica. Reconhecimento de grupo econômico. Integração de pessoas jurídicas e físicas ao polo passivo da execução. Bloqueio de valores. Poder geral de cautela. Ato de índole jurisdicional. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Existência de meios processuais próprios para questionar a juridicidade da decisão impugnada. Agravo a que se nega provimento 5/333
- Agravo regimental em correição parcial. Intempestividade. Fundamentos da decisão recorrida não infirmados. Agravo não provido 5/334
- Agravo regimental. Instrução deficiente da correição parcial. Indeferimento liminar autorizado por norma regimental. Agravo não provido 5/334
- Agravo regimental. Não provimento 5/334
- Agravo regimental. Pedido de reconsideração. Intempestividade da pretensão correicional. Atos jurisdicionais em discussão pela via recursal. Medida incabível. Ausência de erro procedimental e de tumulto processual. Agravo não provido 4/266

ALÇADA

- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970). Recurso que não versa sobre matéria constitucional. Não conhecimento 1/23

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- Alienação fiduciária. Impossibilidade de penhora do bem. Possibilidade de penhora dos direitos do executado no contrato de alienação fiduciária 6/399

ALIMENTAÇÃO

- Alimentação. Adesão da empresa ao Programa de Alimentação do Trabalhador Pat. Natureza indenizatória. Inteligência da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 133 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho 3/190

APOSENTADORIA

- Aposentadoria. Manutenção do plano de saúde. Descontos na folha de pagamento a título de “upgrade executivo”. Enquadramento como contribuição do empregado. Súmula Normativa n. 8/ANS. Aplicação do art. 31 da Lei n. 9.656/1998 5/334

ARBITRAGEM

- Arbitragem. Direitos individuais. Não cabimento 1/23

ASSÉDIO MORAL

- Assédio moral 1/23
- Assédio moral. Ônus da prova 2/131, 3/190
- Assédio moral. Rescisão indireta do contrato de trabalho. Indenização por dano moral. Cabimento 3/190

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Justiça gratuita. Concessão para o litigante de má-fé. Possibilidade..... 1/23
- Justiça gratuita. Concessão. Litigância de má-fé. Recurso ordinário. Preparo. Deferimento. Inocorrência 1/24
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário..... 1/24
- Justiça gratuita. Reforma trabalhista. Art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT. Interessado desempregado ou que junta declaração de pobreza. Presunção de insuficiência de recursos. Deferimento 1/24
- Justiça gratuita. Requisitos..... 1/20, 1/41, 1/52

ASTREINTES

- Astreintes. Retificação na carteira de trabalho do empregado. Obrigação de fazer personalíssima..... 2/132

ATIVIDADE EXTERNA

- Atividade externa. Ausência de controle. Autonomia. Aplicável a exceção do art. 62, I, da CLT 1/24

AUSÊNCIA

- Ausência de intimação pessoal do reclamante. Intimação apenas do advogado. Cerceamento de defesa 4/266
- Ausência do reclamante à audiência inicial. Ação ajuizada antes da reforma trabalhista. Pagamento de custas processuais. Art. 844, § 2º, da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/2017. Indevidas..... 5/335

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

- Auxílio alimentação. Natureza do benefício. Reflexos. OJ n. 413 da SDI-1/TST..... 6/399
- Diferenças no cartão alimentação. Empregado equiparado a servidor público municipal. Cabimento 6/399
- Incorporação do auxílio alimentação na remuneração. Município de Andradina. Previsão em lei da natureza indenizatória. Impossibilidade..... 6/416
- *Ticket* alimentação. Natureza salarial. Integração e reflexos 6/401
- Vale alimentação. Integração. Legislação municipal. Natureza indenizatória. Princípio da legalidade. Não cabimento 6/398

AVISO-PRÉVIO

- Aviso-prévio. Data retroativa. Nulidade 3/190

BANCÁRIO

- Bancário contratado para cumprir seis horas diárias. Intervalos intrajornadas de uma hora previstos no art. 71, § 4º, da CLT. Possibilidade 2/132
- Bancário. Cargo de confiança. Enquadramento no § 2º do art. 224 da CLT..... 1/24
- Bancário. Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Gerente geral de agência. Art. 62, II, da CLT 1/25
- Bancário. Jornada de trabalho. Horas extras. Cargo de confiança (§ 2º do art. 224 da CLT). Gerente de relacionamento. Enquadramento configurado 1/36
- Bancário. Transporte de valores. Exposição a risco indevido. Indenização por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade 1/44

- Banco do Brasil. Auxílio alimentação. Alteração da natureza do crédito. Prescrição total. Súmula n. 294 do C. TST. Aplicabilidade..... 4/266
- Caixa bancário. Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados. Previsão em norma coletiva e regulamento interno direcionados aos empregados que se ativam permanentemente em serviços de digitação. Não cabimento 6/399
- Correspondente bancário. Ilícitude da intermediação de mão de obra. Formação de vínculo empregatício direto com a instituição bancária 3/191
- Empregada bancária. Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Gerente de atendimento. Enquadramento no § 2º do art. 224 da CLT. Configurado..... 1/25
- Empregado(a) bancário(a). Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Assistente. Enquadramento no § 2º do art. 224 da CLT. Configurado 1/25

BEM DE FAMÍLIA

- Bem de família. Impenhorabilidade 3/191

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

- Ausência de retorno ao trabalho por motivo imputável ao trabalhador após cessação do benefício previdenciário. Responsabilidade pelo pagamento de salários 1/26

BOMBEIRO

- Bombeiro civil. Escala 12x36. Divisor 180..... 6/400

CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

- Cálculos de liquidação. Atualização monetária. Índice. Modulação 5/335

CARGO

- Cargo de confiança. Enquadramento do empregado na exceção do art. 62, II, da CLT. Ausência de prova 1/26
- Cargo de confiança. Não caracterização. Horas extras. Cabimento..... 1/26, 3/191
- Cargo de confiança. Supervisor. Art. 62, II, da CLT. Configuração..... 6/415
- Cargo em comissão. Relação jurídico-administrativa. Incompetência material da Justiça do Trabalho..... 5/335

CATEGORIA

- Categoria diferenciada. Norma coletiva. Ausência de participação do empregador. Inaplicabilidade 3/191
- Empregado. Categoria diferenciada. Convenção coletiva de trabalho. Empregador não signatário. Inaplicabilidade 3/197

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Cerceamento de defesa. Não comparecimento de testemunha. Pedido de adiamento. Negativa. Caracterização 3/192
- Cerceamento de defesa. Pedido de redesignação de perícia. Indeferimento. Não configuração 5/335
- Cerceamento de defesa. Requisição de nova prova pericial. Não ocorrência. Laudo conclusivo 2/132

- Cerceamento do direito de defesa. Indeferimento de oitiva de testemunha. Horas *in itinere*. Produção de prova do fato constitutivo do direito. Violação ao art. 5º, LV, da CF. Configuração 1/26
- Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização..... 2/132
- Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa. Cerceamento de defesa. Indeferimento de depoimento pessoal. Configuração 6/400
- Produção de prova oral. Indeferimento. Pertinência da prova. Cerceamento de defesa..... 3/192

CERTIDÃO

- Certidão de crédito trabalhista..... 4/271

CITAÇÃO

- Citação inicial inválida. Vício insanável. Anulação dos atos processuais desde a notificação..... 5/335
- Citação. Nulidade. Notificação inicial encaminhada para endereço diverso do indicado na petição inicial e documentos do empregado..... 1/27

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Ação coletiva e ação individual. Não configuração..... 1/27
- Coisa julgada. Norma coletiva. Previsão em sentido contrário. Afronta. Inaplicabilidade 2/132

COMPETÊNCIA

- Competência territorial. Prestação de serviços em local diverso da contratação. Ajuizamento da ação no local do contrato ou da prestação para facilitar o acesso à justiça. Aplicação do art. 651, § 3º, da CLT 1/27
- Conflito de competência. 1ª e 2ª Seções de Dissídios Individuais. Mandado de segurança. Ausência de atos de apreensão de bens ou restrição à sua utilização 1/28
- Exclusão do nome do reclamante do contrato social da reclamada. Incompetência desta Especializada..... 3/200
- Competência material da Justiça do Trabalho. Município de Cruzeiro. Lei Municipal n. 3.064/1997. Regime jurídico celetista..... 5/335
- Competência da Justiça do Trabalho. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho objetivando a adoção de políticas públicas voltadas à erradicação e prevenção do trabalho infantil..... 6/400
- Incompetência da Justiça do Trabalho. Ação entre trabalhador e sindicato. Indenização por dano moral. Alegação de omissão do sindicato na defesa de interesses 6/400
- Competência. Servidor público celetista. Justiça do Trabalho 1/28

CONCESSIONÁRIA

- Concessionária de serviços de telecomunicações. Instalação e manutenção de rede/internet. Terceirização de atividade fim. Art. 94, II, da Lei n. 9.472/1997. Súmula n. 331, I, do TST 2/133
- Concessionária de serviços de telecomunicações. Terceirização de atividade fim. Art. 94, II, da Lei n. 9.472/1997. Súmula n. 331, I, do TST 2/139

CONCURSO PÚBLICO

- Cef. Concurso público. Terceirização para realização dos serviços atinentes às atividades dos técnicos bancários durante o prazo de validade do certame. Desvio de finalidade. Direito subjetivo..... 3/192
- Concurso público. Cadastro de reserva. Direito à contratação. Não configuração 5/336

CONTRATO

- Alteração contratual. Função gratificada. Pagamento mensal. Diretor de escola. Ausência de prejuízo financeiro. Validade 6/400
- Contrato de natureza comercial. Transporte de mercadorias. Terceirização de serviços não configurada..... 3/192, 4/266
- Contrato de prestação de serviços de transporte. Vínculo de emprego de motorista não reconhecido 6/401
- Contrato de prestação de serviços pertinentes ao ramo da construção civil. Responsabilidade solidária. Art. 455 da CLT 2/133
- Contrato de representação comercial. Indenização do art. 27, "j", da Lei n. 4.886/1965. Ausência de prova quanto à intenção de prejudicar o trabalho do representante comercial. Indenização indevida..... 5/336
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Acréscimo extraordinário de serviços. Alegação não comprovada. Nulidade..... 1/28
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Acréscimo extraordinário de serviços não comprovado. Nulidade da contratação configurada 6/401
- Contrato de trabalho. Rescisão indireta. Ausência de pagamento de salários. Ausência de depósito de FGTS. Cabimento..... 3/192
- Contrato de transporte. Não comprovação. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Abrangência..... 3/193
- Contrato de transporte. Responsabilidade subsidiária. Não configuração..... 5/336
- Unicidade contratual. Contratos de safra. Períodos descontínuos de trabalho. Indevida 4/267

CONTRIBUIÇÃO

- CNA. Constituição do crédito tributário. Notificação pessoal. Formalidades legais para a cobrança das contribuições sindicais rurais. Extinção do processo sem resolução de mérito 6/401
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição sindical rural. Inexistência de edital pessoal e específico. Pressuposto de constituição válido e regular do processo. Extinção sem resolução do mérito..... 5/336, 6/401
- Contribuição assistencial. Desconto. Restituição. Cabimento..... 6/414
- Contribuição assistencial. Filiação sindical não comprovada. Cobrança indevida..... 6/401
- Contribuição assistencial. Restituição 6/421
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição..... 3/205, 3/210, 3/215, 5/349, 6/410
- Contribuição confederativa. Restituição 1/28
- Contribuição sindical rural. Alienação do imóvel rural. Responsabilidade tributária..... 5/336
- Contribuição sindical rural. Cobrança. Ação adequada. Atual incompetência do Ministério do Trabalho para a emissão de certidão do débito. Admissibilidade da ação de cobrança pelo procedimento ordinário. Interesse processual verificado..... 3/193
- Contribuição sindical rural. Cobrança. Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho. Desnecessidade. Princípio da autonomia sindical..... 1/29
- Contribuição sindical rural. Edital em jornal de maior circulação local, previsto no art. 605 da CLT. Correspondência com aviso de recebimento. Pressupostos de constituição válida e regular do processo (art. 485, IV, do NCPC). Ciência do contribuinte verificada..... 1/29, 4/267, 6/402
- Contribuição sindical rural. Requisitos. Editais e notificações ao contribuinte 1/29, 3/193
- Contribuição sindical. Art. 545, *caput*, da CLT. Modo de alteração. Constitucionalidade da Lei n. 13.467/2017 1/45
- Contribuição sindical. Facultativa. Constitucionalidade. ADI 5794/STF 6/413

- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Incidência de juros e multa 5/336
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Rendimentos pagos ou creditados. Inteligência da alínea “a” do inciso I do art. 195 da CF 3/194
- Recolhimento das contribuições incidentes sobre as verbas deferidas na reclamação trabalhista à entidade de previdência privada. Competência da Justiça do Trabalho 6/402

CONTROLE DE PONTO

- Cartões de ponto. Anotações de jornadas variáveis. Presunção de veracidade 6/402
- Controle de ponto por exceção. Inválido 6/402

CONVÊNIO

- Convênio. Responsabilidade subsidiária do município. Limites do pedido 5/337

COOPERATIVA

- Cooperativa. Fraude na contratação de trabalhadores. Vínculo empregatício 1/29
- Cooperativa. Redirecionamento da execução contra membro do conselho fiscal. Ilegitimidade passiva. Configuração 5/337

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Correção monetária. Aplicação da TR x IPCA-E 3/194, 4/268, 4/273, 4/280
- Correção monetária. Re 870947 STF. Contribuição assistencial 2/141
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice. IPCA-E 1/30, 1/41, 1/42, 1/50, 1/55, 2/145, 2/147, 3/188, 3/194, 3/208, 6/403

CORRETOR DE IMÓVEIS

- Corretor de imóveis. Vínculo empregatício não configurado. Ausentes os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT 3/194
- Corretor de imóveis. Vínculo de emprego não reconhecido 4/267

CRÉDITO

- Crédito decorrente de ação judicial. Expurgos inflacionários. Caderneta de poupança. Impenhorabilidade. Limite 5/337

CUSTAS

- Custas processuais. Justiça gratuita. Arquivamento. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Aplicabilidade 6/403
- Isenção de custas. Concessão no julgamento do agravo de instrumento. Perda do objeto do recurso ordinário 3/195

DANO

- Condições inadequadas de trabalho. Prova. Dano moral. Não cabimento 3/195
- Dano existencial. Horas extras habituais. Não configuração 1/30, 2/133
- Dano existencial. Jornada de trabalho excessiva e sem respeito às pausas. Indenização devida 2/133
- Dano existencial. Jornada excessiva. Não caracterização 6/403
- Dano moral coletivo. Não concessão do descanso semanal remunerado. Configuração. Dever de reparar 1/30

- Dano moral e material. Acidente de motocicleta ausência de culpa da empregadora. Desrespeito à velocidade máxima permitida para o local. Indenização indevida..... 3/195
- Dano moral e material. Acidente de trajeto. Ausência de culpa da empregadora. Indenização indevida 3/195
- Dano moral. Alegação de restrição ao uso do banheiro não comprovada. Inexistência de prática de ato lesivo à honra ou à dignidade do reclamante..... 3/195
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários inadequados..... 1/20
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários. Inexistência. Indenização. Cabimento 3/187
- Dano moral. Assalto a ônibus. Motorista. Atividade de risco. Reparação devida..... 3/196
- Dano moral. Atraso na homologação da rescisão contratual. Indenização indevida 1/30
- Dano moral. Atraso/inadimplemento de obrigações trabalhistas. Indenização indevida 1/31, 3/196, 3/222
- Dano moral. Ausência de pagamento das verbas rescisórias. Indevido 1/30, 2/133
- Dano moral. Condições de trabalho alegadamente aviltantes. Rodovia. Canteiro de obras. Sanitários adequados. Não configuração da prática de ato lesivo à honra e à dignidade humana. Indenização reparatória indevida 1/31
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Irrelevante. *Damnum in re ipsa*..... 2/134, 4/267
- Dano moral. Dispensa por justa causa. Ausência de comprovação de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Indenização indevida..... 5/338
- Dano moral. Doença ocupacional. Nexo concausal comprovado. Dever de indenizar 2/132
- Dano moral. Extrapolação habitual e abusiva dos limites físicos e sociais da jornada. Tempo de trabalho bem superior ao limite estabelecido no art. 59 da CLT, inclusive em dias de descanso e feriados. Configuração. Indenização devida..... 1/31
- Dano moral. Inadimplência. Verbas rescisórias..... 2/140
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade..... 1/31, 3/190, 4/267, 4/268
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva..... 5/337
- Dano moral. Indenização. Descumprimento de obrigação contratual. Não cabimento..... 2/145
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de salários. Cabimento 6/414
- Dano moral. Indenização. Justa causa. Reversão. Não cabimento 1/32
- Dano moral. Indenização. Não cabimento..... 1/19, 6/403
- Dano moral. Motorista de ambulância. Condições inadequadas de higiene. Cabimento 6/399
- Dano moral. Período de afastamento determinado por decreto municipal. Indenização. Não cabimento..... 5/337
- Dano moral. Reversão da justa causa. Não cabimento 1/53, 5/342
- Dano moral. Transporte de numerário. Atividade de risco. Cabimento 6/412
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização. Valor. Fixação. Razoabilidade 3/191
- Danos existenciais. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva 1/32
- Danos materiais decorrentes de doença ocupacional. Ausência da incapacidade laborativa. Indenização indevida 6/403
- Danos morais e danos materiais. Concausa. Indenização assegurada..... 2/134, 3/196
- Danos morais e materiais. Doença do trabalho. Prescrição. Lesão posterior à vigência da Emenda Constitucional n. 45/2004 1/32
- Danos morais. Alegação de condições de trabalho aviltantes. Lavoura canavieira. Indenização indevida 4/271, 5/337
- Danos morais. Atraso no pagamento dos haveres rescisórios. Não caracterizado 3/206

- Danos morais. Atraso no pagamento dos salários. Não caracterização 1/32
- Danos morais. Ausência de local adequado para refeição. Instalações sanitárias precárias no local de trabalho/locomotivas. Indenização devida..... 4/269
- Danos morais. Concausa. Indenização assegurada 1/32
- Danos morais. Jornada excessiva. Não caracterização.....1/32, 1/41, 2/147, 3/193
- Indenização por dano moral. Estabilidade da gestante. Não observância. Matéria controvertida. Reparação pecuniária. Indenização indevida 6/408
- Indenização por dano moral. Jornada excessiva. Não caracterização 6/421
- Indenização por danos morais. Anotação de contrato de trabalho. Não convocação para a prestação de serviço 6/403
- Indenização por danos morais. Doença profissional. Perda auditiva. Danos à esfera íntima do trabalhador..... 3/222
- Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização por dano moral. Cabimento..... 3/212

DECISÃO

- Decisão recorrida: Decisões ID7CEE30A e ID3EF2164 do Processo n. 0202400-81.2005.5.15.0067, em trâmite perante a 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto reclamação prevista no art. 988, II, do CPC. Cabimento. Limites 2/134
- Decisão administrativa. Penalidade ao servidor público. Revisão. Ausência de negligência. Buracos na pista..... 3/197
- Decisão em sede de recurso extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal. Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos..... 4/269

DEMISSÃO

- Dispensa discriminatória. Existência de ação trabalhista de vínculo anterior em face da tomadora. Reintegração. Danos morais. Configuração..... 1/33
- Dispensa discriminatória. Reintegração da empregada com ressarcimento integral do período do afastamento e indenização dos danos morais 1/33
- Plano de demissão. Interpretação restritiva 4/270
- Reversão do pedido de demissão em dispensa sem justa causa. Ausência de vício na declaração de vontade. Indevida..... 4/270

DESCONTO

- Desconto. Contribuição confederativa e/ou assistencial 2/134

DESVIO DE FUNÇÃO

- Desvio de função. Não configuração..... 3/197
- Desvio de função. Tarefas exercidas desde a admissão. Diferenças salariais indevidas 5/338
- Desvio de função. Vendedor x operador de *telemarketing*..... 3/197

DIÁRIA

- Diárias de viagem. Norma coletiva. Valor superior a 50% do salário. Natureza indenizatória. Caracterização. Integração ao salário. Não cabimento 3/193

DIARISTA

- Diarista. Alegação de labor como empregada doméstica. Vínculo de emprego. Não caracterização 4/270

DIFERENÇA SALARIAL

- Diferenças salariais por acúmulo de funções. Operadora de caixa de supermercado. Indevida 5/338
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Indevidas..... 3/197
- Diferenças salariais. Concessão de índices distintos. Município de Andradina. Lei Municipal n. 2.956/2013..... 6/416
- Diferenças salariais. Equiparação salarial. Vantagens individuais 6/404
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Inaplicabilidade da Súmula n. 68 deste Regional ao caso..... 3/197, 4/269
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Reajustes em percentuais diferenciados. Ofensa ao art. 37, inciso X, da CF não verificada. Revisão geral anual que não pode ser confundida com aumento (abono) salarial 3/197, 4/269
- Diferenças salariais. Municipalidade de Mococa. Abonos concedidos em valores fixos. Reajustes em percentuais diferenciados. Não verificada a ofensa ao art. 37, inciso X, da CF. Revisão geral anual que não pode ser confundida com aumento (abono) salarial 3/198
- Diferenças salariais. Salário profissional do engenheiro. Servidor público celetista. Inaplicabilidade da Lei n. 4.950-A/1966..... 6/404

DIREITO

- Direito do trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização 3/198, 6/404
- Direito do trabalho. Adesão a programa de incentivo à demissão voluntária. Eficácia jurídica 6/404
- Direito do trabalho. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo nacional 1/33
- Direito do trabalho. Aplicação de normas coletivas. Categoria diferenciada. Atividade preponderante da empresa 2/134
- Direito do trabalho. Auxílio alimentação. Título oneroso. Existência de prova da participação do empregado no custeio da parcela. Natureza indenizatória 1/33
- Direito do trabalho. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Professor. Carga horária. Composição de acordo com a Lei Federal n. 11.738/2008. Não observada para as atividades extraclasse. Diferenças salariais devidas 6/405
- Direito do trabalho. Concessão de serviço público. Ausência de responsabilidade subsidiária do ente público concedente. Distinção da hipótese de terceirização de serviços..... 2/135
- Direito do trabalho. Dano moral. Direito da personalidade. Cabimento 2/135
- Direito do trabalho. Engenheiro. Servidor público celetista. Inaplicabilidade da Lei n. 4.950-A/1966 2/135
- Direito do trabalho. Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida..... 2/135
- Direito do trabalho. Horas extras. Acordo de compensação de jornadas inválido. Inteligência da Súmula n. 85, IV, TST. Pagamento apenas do adicional das horas destinadas à compensação 2/135
- Direito do trabalho. Horas extras. Apuração em liquidação..... 1/34
- Direito do trabalho. Horas *in itinere* fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese Prevalente n. 1 3/198
- Direito do trabalho. Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução..... 6/405
- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino 2/136

- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência	3/199
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Redução por meio de norma coletiva. Impossibilidade. Súmula n. 437 do C. TST	3/199
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Trabalho externo. Aplicação do art. 62, inciso I, da CLT	3/199
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Redução por negociação coletiva. Invalidez	3/199
- Direito do trabalho. Multa do art. 477 da CLT. Reconhecimento de vínculo em Juízo. Cabimento	3/199
- Direito do trabalho. Princípio da intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução	3/199
- Direito do trabalho. Reclamante admitido na condição de sócio minoritário da empresa reclamada. Fraude comprovada	3/199
- Direito do trabalho. Remuneração. Desvio de função. Não caracterização	2/136
- Direito do trabalho. Trabalhador rural. Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo	2/136
- Direito do trabalho. Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade	3/200
- Direito do trabalho. Vínculo empregatício. Requisitos. Prestação de serviços admitida pela reclamada. Ônus probatório	1/34, 2/136
- Direito intertemporal. Aplicação da Lei n. 13.467/2017	3/200
- Direito processual. Responsabilidade subsidiária. Recurso da primeira ré pedindo a exclusão da segunda. Não conhecido	3/200
- Novas disposições celetistas de direito material do trabalho introduzidas pela Lei n. 13.467/2017. Horas <i>in itinere</i> , minutos residuais e tempo de deslocamento interno. Contrato em curso. Aplicação imediata da nova lei	3/200
- Processo trabalhista. Art. 523, § 1º, do CPC/2015. Inaplicabilidade	1/25, 2/140

DISPENSA

- Dispensa por justa causa. Desídia configurada	5/338
---	-------

DOENÇA

- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Responsabilidade civil do empregador. Pretensão de reparação por danos materiais e morais. Nexo de causalidade não comprovado. Inviabilidade	1/34
- Doença ocupacional. Acidente de trabalho por equiparação. Responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais e estéticos. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC)	1/34
- Doença ocupacional. Agravamento da doença. Indenização por dano moral. Cabimento	1/35
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico na área afetada. Nexo de concausalidade. Indenização por dano moral. Cabimento	1/35
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico no segmento lesionado. Síndrome do túnel do carpo. Nexo causal. Indenização por dano moral e material. Cabimento	5/339
- Doença ocupacional. Dano moral. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração	3/201, 5/331, 6/412
- Doença ocupacional. Nexo concausal. Agravamento de lesão. Sobrecarga dos membros superiores	2/136

- Doença ocupacional. Nexos de concausalidade. Indenização por dano moral e material. Cabimento..... 3/201
- Doença ocupacional. Operador de máquina. Tendinite no ombro esquerdo. Nexos concausal. Indenização por dano moral. Cabimento..... 1/35
- Doença ocupacional. Trabalhador rural. Plantio da cana-de-açúcar. Doença em membros superiores. Nexos causal. Indenização por danos moral e material. Cabimento..... 1/35
- Doença profissional. Nexos de causalidade. Indenização por dano moral. Cabimento 6/423
- Doença profissional. Nexos de concausalidade. Indenização por dano moral. Cabimento.....2/137, 3/214, 6/413
- Doença relacionada ao trabalho. Estado incapacitante atual não constatado. Dano moral devido 1/35

DUMPING SOCIAL

- *Dumping* social. Não caracterização. Trabalhador rural. Direitos violados. Controvérsia razoável..... 3/215

ECT

- ECT. Gratificação de função. Incorporação..... 5/339

EDITAL

- Edital. Hasta pública. Penhora de imóvel. Atualização monetária..... 2/137

EMBARGOS

- Embargos de declaração não conhecidos por inadequação da via eleita. Interrupção do prazo recursal. Recurso ordinário tempestivo 3/201
- Embargos de declaração. Omissão do acórdão. Acolhimento para sanar a prestação jurisdicional, sem imprimir efeito modificativo..... 6/405
- Embargos de declaração. Pressupostos. Omissão, contradição ou obscuridade não configuradas. Hipótese que não se insere na previsão do art. 897-A da CLT..... 1/36
- Embargos de terceiro. Desconstituição de penhora sobre bem imóvel. Adquirente de boa-fé. Escritura de compra e venda não registrada em cartório. Cabimento. Súmula n. 84 do STJ 6/405

ENQUADRAMENTO

- Enquadramento no art. 62, I, da CLT. Devidas..... 6/406
- Enquadramento sindical. Princípio da territorialidade 6/406

ENTE PÚBLICO

- Fazenda pública municipal. Requisição de pequeno valor. Legislação municipal. Validade 3/201
- Juros de mora. Fazenda pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Redação conferida pela Lei n. 11.960/2009. Responsabilidade subsidiária. Inaplicabilidade..... 3/221

EQUIPARAÇÃO

- Equiparação salarial. Cabimento..... 2/132
- Equiparação salarial. Diferença de tempo na função superior a dois anos. Art. 461, § 1º, da CLT 5/339

- Equiparação salarial. Fatos impeditivos não comprovados. Ônus da prova. Aplicação da Súmula n. 6 do TST 1/36
- Equiparação salarial. Grupo econômico. Prestação de serviços conjunta. Cabimento 3/201

ESTABILIDADE

- Estabilidade acidentária. Indenização substitutiva. Não cabimento 1/35
- Estabilidade acidentária/indenização substitutiva. Direito 3/205
- Estabilidade gestante. Desconhecimento do estado gravídico da empregada. Direito à estabilidade prevista no art. 10, II, "b", do ADCT 1/19
- Estabilidade provisória. Empregada gestante. Ausência de comunicação do estado gravídico ao empregador 3/201
- Gestante. Contrato temporário. Direito à estabilidade 1/36

ESTORNO

- Estorno de comissões. Impossibilidade 3/208

EXECUÇÃO

- Excesso de execução. Avaliação do bem constrito superior ao valor do crédito exequente. Não configurado 1/36
- Execução contra a fazenda pública. Obrigação de pequeno valor. Fracionamento. Não ocorrência. Credores diversos 5/339
- Execução da certidão de crédito trabalhista então habilitado no Juízo falimentar. Frustração do processo de falência. Prosseguimento da execução na seara laboral. Possibilidade 5/339
- Execução de débitos de pequeno valor. Fazenda pública. Lei municipal publicada após o período estabelecido no art. 97 do ADCT. Invalidez 1/37
- Execução fiscal. Reunião dos processos contra o mesmo devedor. Ausência de prejuízo ao credor 4/270
- Execução provisória. Entrega de certidão de crédito trabalhista, pelo mm. Juízo de 1ª Instância, ao credor exequente 4/270
- Execução. Atraso no pagamento de uma parcela do acordo. Multa estabelecida em acordo homologado. Indevida. Ausência de culpa do executado 3/202
- Execução. Atraso no recolhimento das parcelas de acordo. Multa indevida 1/37
- Execução. Atraso no recolhimento de uma das parcelas do acordo. Multa reduzida 4/271
- Execução. Dívida fiscal. Prescrição intercorrente. Prazo prescricional 3/202
- Execução. Entrega de certidão de crédito trabalhista, pelo MM. Juízo de 1ª instância, ao credor exequente 1/37
- Execução. Entrega de certidão de crédito trabalhista, pelo MM. Juízo de 1ª instância, à credora exequente 3/202, 5/340
- Execução. Grupo econômico. Inclusão no polo passivo 6/406
- Execução. Impugnação genérica aos cálculos de liquidação 1/37
- Execução. Inovação do título executivo. Ofensa à coisa julgada 2/137
- Execução. Iter procedimental 5/340
- Execução. Liquidação. Cálculos. Concordância expressa. Retificação parcial da conta. Irresignação contra tópico diverso. Impossibilidade. Preclusão lógica 1/30
- Execução. Parcelamento da dívida requerido pelo devedor. Hipótese do art. 916, § 6º, CPC. Renúncia à interposição de recursos 6/406
- Execução. Prosseguimento. Certidão de crédito. Arquivamento. Cabimento. Princípio da cooperação. Insolvência do devedor 1/37

- Execução. Suspensão da carteira nacional de habilitação dos sócios da empresa executada. Não cabimento 5/340
- Fraude à execução. Bem alienado antes do registro da penhora. Não comprovada má-fé do adquirente. Não configurada. Aplicação da Súmula n. 375 do C. STJ 1/37, 6/406
- Fraude à execução. Doação a parentes a título gratuito. Inexistência de outros bens. Simulação. Fraude configurada 5/340
- Matérias pertinentes à fase de execução. Discussão em agravo de petição. Garantia do Juízo. Pressuposto de admissibilidade. *Conditio sine qua non* 5/340
- Multa por descumprimento de acordo. Redução. Atraso de parcela única. Boa-fé. Cabimento 5/341

EXTINÇÃO

- Extinção do feito sem resolução do mérito. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Contribuição sindical rural. Notificação pessoal do sujeito passivo. Necessidade 1/38
- Extinção do processo sem exame do mérito, por ausência de indicação dos valores dos pedidos. Reclamação trabalhista ajuizada na vigência da Lei n. 13.467/2017 1/38
- Extinção do processo sem resolução de mérito. Ação ajuizada sob a vigência da Lei n. 13.467/2017 6/407
- Prazo não concedido para emenda da inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impossibilidade 6/407

FÉRIAS

- Férias. Pagamento extemporâneo. Desvirtuada a finalidade do instituto. Dobra devida 2/137, 3/202
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Arts. 137 e 145 da CLT. Súmula n. 450 do TST 6/407
- Férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT 1/32, 1/38, 1/56, 1/57, 3/ 202, 3/214
- Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro. Auxílio alimentação instituído por lei municipal. Previsão de natureza indenizatória 1/38
- Férias. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro nos moldes do art. 137 da CLT. Exegese das Súmulas n. 450 do C. TST e n. 52 deste Tribunal Regional 1/38, 3/202, 6/407
- Pagamento extemporâneo das férias. Dobra devida 3/203

FGTS

- Diferenças de FGTS. Prescrição aplicável. Decisão prolatada na ARE 709.212/DF 6/407
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Devidos os depósitos 3/203, 4/271
- FGTS. Termo de parcelamento da dívida com a Cef. Direito do empregado ao adimplemento integral dos depósitos não recolhidos pelo empregador 1/56, 3/206

FUNDAÇÃO

- Fundação Casa-SP. Quinquênios devidos ao empregado contratado sob o regime da CLT. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo 5/341
- Fundação pertencente à administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados 6/408

GERENTE

- Gerente de banco. Art. 224, § 2º, da CLT. Configuração..... 6/408
- Gerente geral de agência bancária. Horas extras. Indevidas..... 5/341

GESTANTE

- Empregada gestante. Desconhecimento do estado gravídico pelo empregador. Estabilidade. Indenização substitutiva. Súmula n. 244 do TST 5/341
- Gestante. Contrato temporário. Direito à estabilidade..... 6/408
- Gestante. Desconhecimento do estado gravídico pelo empregador. Estabilidade provisória 2/137

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de função. Supressão..... 3/203
- Gratificação por nível superior. Município de Laranjal Paulista. Magistério. Não cabimento 3/215

GRATUIDADE

- Deserção do recurso ordinário. Depósito prévio e custas. Justiça gratuita..... 3/200
- Gratuidade da justiça. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos 3/203
- Justiça gratuita. Cabimento 3/204
- Justiça gratuita. Deferimento. Isenção. Custas processuais 3/204
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Recurso ordinário conhecido..... 3/204
- Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Não concessão. Aplicação da Súmula n. 86 do C. TST 3/204
- Justiça gratuita. Microempresa. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário..... 3/204
- Justiça gratuita. Requisitos..... 3/ 204, 3/208, 3/213

GREVE

- Movimento grevista. Inobservância dos requisitos legais. Descontos de dias paralisados 3/205

GRUPO ECONÔMICO

- Grupo econômico. Ausência de demonstração de controle central exercido por uma das empresas, ou que todas juntas participem do empreendimento comum. Não caracterização 5/341
- Grupo econômico. Caracterização. Prova..... 1/53
- Grupo econômico. Empresa de *trading* da qual é acionista o empregador do reclamante. Responsabilidade solidária inexistente..... 4/271

GUARDA MUNICIPAL

- Guarda municipal. Condução de ambulâncias. Desvio de função. Não configurado..... 2/138

HONORÁRIOS

- Ausência de recolhimento de honorários advocatícios. Deserção. Não cabimento..... 1/39
- Designação de perícia contábil. Fase de conhecimento. Honorários periciais a cargo da reclamada. Impossibilidade 3/205
- Hipossuficiência. Conceito. Honorários advocatícios sucumbenciais. CLT, art. 791-A 6/408
- Honorários advocatícios em ação de cobrança de contribuição sindical 3/205
- Honorários advocatícios sucumbência. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). Inaplicabilidade da lei nova 4/264
- Honorários advocatícios sucumbenciais. Antes da reforma trabalhista 6/409
- Honorários advocatícios sucumbenciais. Indevidos, no caso de improcedência total dos pedidos e fixados por arbitramento, no caso de sucumbência recíproca, sem caráter punitivo, sem inviabilizar o acesso à justiça e sem reduzir de maneira desproporcional o benefício econômico obtido pelo reclamante no processo 6/409
- Honorários advocatícios. Ajuizamento da ação anterior à vigência da Lei n. 13.467/2017 6/416
- Honorários advocatícios. Cabimento 6/408
- Honorários advocatícios. Não cabimento.....1/19, 1/27, 1/50, 2/133, 2/140, 3/187, 3/188, 3/205, 3/210, 3/213, 3/215, 5/345, 6/403
- Honorários advocatícios. Princípio da aplicação imediata das normas processuais.....1/39, 2/138, 5/341, 6/409
- Honorários advocatícios. Reforma trabalhista. Cabimento 6/413, 6/415
- Honorários advocatícios. Requisitos para concessão 3/205
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). Inaplicabilidade da lei nova 2/138, 6/409
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Ação proposta antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 3/ 189, 3/206
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Lei n. 13.467/2017.....1/41, 1/43, 1/52, 3/208, 5/348, 6/401, 6/415
- Honorários de sucumbência. Ação ajuizada antes do início da vigência da Lei n. 13.467/2017. Inaplicabilidade..... 1/39, 2/138, 4/272, 5/342
- Honorários periciais prévios. Antecipação de despesa. Dedução do crédito do reclamante. Beneficiário da justiça gratuita. Não cabimento 1/39
- Honorários periciais técnicos. Responsabilidade pelo pagamento em caso de improcedência do pedido de adicional de insalubridade. Disposições da Lei n. 13.467/2017 1/39
- Honorários periciais. Reclamante, beneficiário da justiça gratuita. Abatimento do crédito decorrente da sentença. Não cabimento 2/139
- Honorários sucumbenciais. Advogados públicos. Cabimento 5/342
- Honorários sucumbenciais. Sucumbência recíproca. Sucumbente beneficiário da gratuidade judiciária..... 1/39
- Sucumbência recíproca. Honorários advocatícios. Cabimento 1/40

HORA IN ITINERE

- Horas *in itinere* fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese Prevalente n. 1 2/136
- Horas *in itinere*. Limitação prevista em norma coletiva. Possibilidade 4/272
- Horas *in itinere*. Local de fácil acesso. Alegada insuficiência do transporte público, não comprovada. Indevidas..... 1/40
- Horas *in itinere*. Norma coletiva. Validade 1/43
- Horas *in itinere*. Prefixação do tempo por norma coletiva 5/342
- Horas *in itinere*. Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova.....1/40, 1/48, 2/139, 3/206, 6/423

HORAS EXTRAS

- Horas extraordinárias indevidas. Labor em atividade externa. Técnico de montagem. Impossibilidade de permanente fiscalização do trabalho. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT 3/206
- Horas extraordinárias. Trabalho externo. Consultora de vendas. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT 6/410
- Horas extraordinárias. Trabalho externo. Motorista. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT 4/266
- Horas extraordinárias. Trabalho externo. Promotor de vendas. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT 1/40
- Horas extras (7ª e 8ª) indevidas. Turnos ininterruptos de revezamento. Jornada fixada em convenção coletiva. Inteligência da Súmula n. 423 do C. TST 6/410
- Horas extras e reflexos. Escala 4x2. Jornada de 12 horas. Ausência de autorização legal e convencional. Invalidez 5/342
- Horas extras e reflexos. Excedentes de 6 horas diárias. Turnos ininterruptos de revezamento. Previsão, em acordo coletivo, da jornada de 7h20min e divisor 220. Validade. Indevidas. Observância do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal 1/40
- Horas extras e reflexos. Turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas/ acordo de compensação de jornada. Concomitância. Impossibilidade 1/41
- Horas extras habituais. Acordo de compensação. Invalidez 2/147, 6/412, 6/423
- Horas extras por alegado descumprimento de norma coletiva. Regime 12x36. Vigilante. Indevidas 1/53, 3/206, 4/272
- Horas extras por alegado descumprimento de norma coletiva. Regime 12x36. Indevidas 5/342
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto. Súmula n. 338, I, do TST 5/336
- Horas extras. Banco de horas. Invalidez 2/139
- Horas extras. Cartão de ponto anotado por terceiro. Invalidez. Inversão do ônus da prova. Súmula n. 338, I e II, do TST 3/207
- Horas extras. Cartões de ponto inválidos. Súmula n. 338, I e II, do TST 3/187, 3/208, 6/410
- Horas extras. Cartões de ponto. Anotações de horários variáveis. Validade 3/208, 3/212
- Horas extras. Controle de jornada não infirmado por outras provas. Indevidas 4/273
- Horas extras. Diferenças. Prova 3/215
- Horas extras. Gerente de negócios. Cargo de confiança bancário 1/25
- Horas extras. Jornada especial de 12 horas, em regime de 2x2. Indevidas 6/410
- Horas extras. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada de trabalho contratual. Improcedência 3/208, 4/273
- Horas extras. Minutos residuais 1/41, 6/410
- Horas extras. Minutos residuais. Previsão em norma coletiva 6/422
- Horas extras. Motorista carreteiro. Art. 62, I, da CLT. Alegação de jornada absurda. Período anterior à Lei n. 12.619/2012. Necessidade de comprovação robusta 3/208
- Horas extras. Motorista de caminhão 1/41
- Horas extras. Norma municipal. Limitação. Labor extraordinário. Pagamento devido 1/56
- Horas extras. Realização. Prova. Ausência de quitação. Pagamento. Cabimento 3/193
- Horas extras. Reflexos sobre os Dsrs. Empregado que percebe remuneração mensal. Projeções indevidas 1/41
- Horas extras. Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT. Súmula n. 429 do TST 2/139
- Horas extras. Tempo à disposição. Aguardo do transporte fornecido pelo empregador. Cabimento 2/143
- Horas extras. Tempo à disposição. Espera da condução. Indevidas 3/190

- Horas extras. Trabalho externo. Art. 62, I, da CLT	6/410
- Invalidez do banco de horas. A emergência da preservação da Constituição	5/343
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	3/208
- Minutos residuais. Tempo despendido para troca de uniforme	6/397
- Norma coletiva. Horas extras com adicional de 100%. Base de cálculo. Salário nominal. Integração do adicional de periculosidade. Indevido	4/274
- Reflexos dos dsrs majorados pelas horas extras nos demais títulos trabalhistas. Não cabimento.....	3/194
- Tempo à disposição do empregador.....	2/145
- Volkswagen do Brasil. Horas extras. Minutos que antecedem o início do turno. Utilização facultativa, pelo obreiro, da condução fornecida pela reclamada ao local de trabalho. Aplicação da OJ n. 326 da SBDI-1, convertida na Súmula n. 366 do TST.....	6/411

ILEGITIMIDADE DE PARTE

- Ilegitimidade de parte. Responsabilização. Tomador de serviços	1/41, 2/139
--	-------------

INCENTIVO FINANCEIRO

- Incentivo financeiro adicional. Agente comunitário de saúde. Instituição por portaria do Ministério da Saúde. Impossibilidade	3/209
---	-------

INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO

- Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000190-53.2015.5.03.0090. Departamento de Estradas de Rodagem. Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Contrato de empreitada. Dono da obra. Não cabimento.....	1/42
- Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. Horas extras e reflexos. Divisor	1/42

INCOMPATIBILIDADE

- Artigo 523, § 1º, CPC/2015 (art. 475-J, CPC/1973). Incompatibilidade com o processo do trabalho	1/42
---	------

INCORPORAÇÃO

- Incorporação. Continuidade da atividade empresarial. Cabimento	3/209
--	-------

INDENIZAÇÃO

- Fixação do valor da indenização	2/132
- Indenização por dano moral. Estabilidade da gestante. Não observância. Matéria controvertida. Reparação pecuniária. Indenização indevida	1/36
- Indenização por danos morais e materiais. Doença do trabalho. Nexo concausal. Indenização devida.....	1/42, 2/140, 3/209
- Indenização por danos morais e materiais. Doença ocupacional não comprovada. Ausência de nexos de causalidade	4/274
- Indenização por danos morais e materiais. Doença ocupacional não comprovada. Natureza degenerativa. Ausência de nexos de causalidade.....	5/343
- Indenização por danos morais. Acidente de trabalho. Nexos causal. Culpa recíproca. Indenização devida.....	2/140
- Indenização por danos morais. Doença do trabalho. Nexos concausal. Indenização devida	5/343

- Indenização por danos morais. Juros. Termo inicial.....	3/216
- Indenização por danos morais. Readaptação por patologia comumente associada à carreira do magistério. Princípio do aprimoramento contínuo. Responsabilidade do empregador pela manutenção da higidez do ambiente de trabalho	5/345
- Indenização por danos morais. Revista rotineira dos pertences dos empregados e revista pessoal dos bolsos de jalecos sem contato físico. Possibilidade	2/140
- Indenização. Dano existencial. Caracterização.....	2/140
- Indenização. Tempo de serviço anterior ao regime do FGTS. Base de cálculo	1/50
- Luvas, <i>hiring bonus</i> ou bônus de contratação. Natureza jurídica indenizatória	4/269

INTERVALO DE TRABALHO

- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT.....	1/20, 3/187, 3/204, 6/398
- Intervalo do art. 253 da CLT. Exposição ao frio. Não concessão. Pagamento devido	6/397
- Intervalo do art. 384 da CLT. Recepção pela Constituição da República de 1988. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia	6/411
- Intervalo executado externamente. Vendedor. Ônus da prova.....	1/42
- Intervalo interjornada. Horas extras.....	3/19, 6/420
- Intervalo intersemanal. Supressão parcial. Pagamento das horas efetivamente suprimidas	1/43
- Intervalo intrajornada de 15 minutos. Horas extras habituais. Infração.....	6/411
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Supressão parcial. Pagamento de uma hora extraordinária completa. Natureza jurídica salarial	1/43
- Intervalo intrajornada usufruído por 40 minutos. Tempo reduzido somente em 20 minutos. Existência de autorização específica do MTE. Portaria n. 25/2013. Não cabimento da aplicação da Súmula n. 437 do C. TST	3/209
- Intervalo intrajornada. Adicional normativo. Cabimento	6/405
- Intervalo intrajornada. Anotação do período nos cartões de ponto. Variações mínimas. Incidência da Súmula n. 366 do TST	1/43, 2/139
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Direito ao recebimento do tempo integral.....	2/131, 4/274, 6/406, 6/412
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento total do período correspondente.....	2/140, 4/274
- Intervalo intrajornada. Gozo parcial.....	2/141
- Intervalo intrajornada. Horas extras. Não ocorrência de <i>bis in idem</i>	6/412
- Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Reflexos.....	6/412
- Intervalo intrajornada. Ônus da prova. Cartões de ponto assinalados.....	5/343
- Intervalo intrajornada. Pré-assinalação. Prova.....	1/26, 6/402
- Intervalo intrajornada. Pré-assinalação. Supressão. Prova.....	3/208
- Intervalo intrajornada. Prorrogação da jornada contratual de seis horas diárias	4/274
- Intervalo intrajornada. Prova dividida. Ônus probatório da parte autora. Aplicação dos arts. 818 da CLT e 373, I, do NCCP	3/207
- Intervalo intrajornada. Redução mediante negociação coletiva. Impossibilidade	2/141
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidez.....	6/412
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Não caracterização. Tempo gasto no deslocamento até o refeitório	6/414
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos.....	1/25, 1/43, 1/46, 1/58, 2/133, 3/193, 3/204, 3/207, 3/210, 6/399, 6/406, 6/415, 6/421

- Intervalo para mulher de, no mínimo, 15 minutos, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho ao término do expediente, antes do início do período extraordinário. Art. 384 da CLT. Incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista no TST (2008). Recurso Extraordinário 658312, Relator Min. Dias Toffoli (novembro de 2014)..... 1/55, 4/268
- Intervalo para refeição. Usufruto regular. Motorista..... 3/210
- Intervalo para repouso e alimentação. Redução. Norma coletiva. Invalidez..... 1/35, 2/139, 3/209
- Intervalo previsto em norma coletiva. Fracionamento. Aplicação analógica do art. 71 da CLT. Não cabimento 1/43
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade 2/141
- Pausa do art. 384 da CLT. Devida. Limitação. Vigência da Lei n. 13.467/2017 5/343

INTERVENÇÃO

- Intervenção e repasse de verbas. Subvenção municipal do poder público em serviço público hospitalar (Santa Casa). Inexistência de sucessão trabalhista, nem de responsabilidade solidária ou subsidiária 1/43

JORNADA DE TRABALHO

- Cartões de ponto. O dilema insolúvel da prova de jornada em face da hodierna jurisprudência trabalhista..... 4/268
- Escala 12x36. Labor em folgas e horas extras habituais. Invalidez..... 1/44
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao intervalo intrajornada, mas não à hora extraordinária 3/210, 4/274
- Jornada de 12x36. Regime especial. Feriados trabalhados. Pagamento em dobro. Impossibilidade. Gozo de três folgas semanais. Compensação das folgas e feriados laborados no módulo semanal de jornada. Vigilante 3/207
- Jornada de trabalho. Horas extras 3/186
- Jornada de trabalho. Horas extras. Cargo de confiança (§ 2º do art. 224 da CLT). Gerente de relacionamento. Enquadramento configurado..... 1/44
- Jornada de trabalho. Horas extras. Folgas. Regime 12x36. Trabalho em folgas. Descaracterização 2/141
- Jornada de trabalho. Regime 12x36 horas. Redução hora noturna. Cabimento 1/43
- Jornada dos professores da educação básica. Desrespeito à proporção entre atividades realizadas em sala de aula e extraclasse. Horas extraordinárias devidas 2/141
- Jornada em regime de tempo parcial. Exigência de acordo coletivo. Diferenças salariais. Não cabimento 1/44

JULGAMENTO

- Julgamento *extra petita*. Descontos indevidos 6/412

JUROS DE MORA

- Entidade pública. Juros de mora. Condenação subsidiária. Privilégios inaplicáveis..... 6/412

JUSTIÇA GRATUITA

- Justa causa. Art. 482, “I”, da CLT. Abandono de emprego não configurado 3/210
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário..... 4/275, 5/344

- Justiça gratuita. Reclamante desempregada. Reforma trabalhista. Cabimento..... 6/413
- Justiça gratuita. Reclamante. Reforma trabalhista. Deferimento 6/408, 6/415
- Justiça gratuita. Reforma trabalhista. Art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT. Interessado desempregado ou que junta declaração de pobreza. Presunção de insuficiência de recursos. Deferimento 4/275, 5/344
- Justiça gratuita. Requisitos..... 2/137, 2/140, 6/400
- Justiça gratuita. Sindicato..... 6/413
- Litigância de má-fé atribuída ao reclamante. Justiça gratuita denegada. Recurso ordinário deserto..... 5/344

LEGITIMIDADE DE PARTE

- Legitimidade passiva *ad causam*. Verificação em abstrato. Teoria da asserção..... 4/275

LEI

- Lei n. 13.467/2017. Ilegitimidade. Contrariedade aos preceitos fundantes da ordem jurídica democrática e aos princípios e institutos do direito do trabalho. Dever funcional da magistratura 6/413

LICENÇA-MATERNIDADE

- Licença-maternidade. Direito fundamental. Servidora pública. Prorrogação prevista em lei estadual. Devida 1/45

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Litigância de má-fé. Atitude temerária do trabalhador..... 1/45
- Litigância de má-fé. Não configuração 1/45
- Litigância de má-fé. Não ocorrência. Reclamante assistido pelo sindicato. Pedido que vai de encontro ao pactuado em norma coletiva..... 2/141

LITISCONSÓRCIO

- Indeferimento de requerimento para formação de litisconsórcio no polo passivo. Tumulto processual ou erro procedimental não configurados. Ato de índole jurisdicional e passível de revisão oportuna. Agravo a que se nega provimento 4/276
- Litisconsórcio passivo necessário. Não configuração 1/57

LITISPENDÊNCIA

- Litispendência. Coisa julgada..... 5/344

MANDADO

- Mandado de segurança coletivo. Decisão monocrática. Indeferimento da inicial. Recurso oponível. Princípio da fungibilidade. Agravo interno. Art. 278 do R. I. deste Tribunal..... 1/45, 3/211
- Mandado de segurança. Apreensão de CNH. Segurança concedida 6/414
- Mandado de segurança. Arresto. Deferimento em antecipação de tutela. Insolvência da reclamada principal. Perigo de dano e probabilidade do direito. Deferimento parcial da segurança 4/276
- Mandado de segurança. Arresto. Indeferimento em antecipação de tutela. Comprovação da situação de insolvência da reclamada frente a outros credores. Perigo de dano e probabilidade do direito. Deferimento da segurança..... 1/45

- Mandado de segurança. Bloqueio de bens. Perda de objeto. Sentença de mérito	2/142
- Mandado de segurança. Penhora. Acordo judicial. Inadimplemento de parcela. Construção pelo saldo total. Cabimento	6/414
- Mandado de segurança. Penhora. Empresa hospitalar. Acordo. Atraso no pagamento. Multa. Execução. Valor excessivo. Comprometimento das atividades do empregador. Observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Segurança parcialmente concedida.....	2/142
- Mandado de segurança. Salários. Penhora. Novo CPC. Legalidade.....	4/276
- Mandado de segurança. Sentença proferida na ação originária. Perda superveniente de interesse. Segurança denegada. Lei n. 12.016/2009, art. 6º, § 5º. Incidência da Súmula n. 414, III, do C. TST	1/46

MASSA FALIDA

- Massa falida. Juros de mora. Devidos somente até a decretação da falência. Exegese do art. 124 da Lei n. 11.101/2005	1/46, 4/276
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT. Falência decretada antes da rescisão contratual. Não cabimento.....	6/414

MOTORISTA

- Motorista de coleta. Trabalho externo e intermitente. Não fornecimento de sanitário pelo empregador. Dano moral. Não configuração	1/46
- Motorista profissional. Tempo de espera	3/211
- Motorista. Controle de jornada. Hora extra. Aplicação retroativa da Lei n. 12.619/2012. Impossibilidade	3/211
- Motorista. Intervalo do tempo de direção e intervalo intrajornada. Possibilidade de cumulação	1/46
- Motorista. Tempo de espera. Início de contagem.....	1/46

MULTA

- Multa do art. 467 da CLT. Ausência de pedido expresso. Impossibilidade de aplicação <i>ex officio</i>	6/414
- Multa do art. 467 da CLT. Incidência sobre a indenização rescisória de 40% do FGTS.....	2/142
- Multa do art. 467 da CLT. Incidência sobre a multa de 40% sobre o FGTS. Devida.....	2/142
- Multa do art. 477 da CLT	6/399
- Multa do art. 477 da CLT. Diferenças de verbas rescisórias reconhecidas em juízo. Indevida	2/142
- Multa por litigância de má-fé. Contradita de testemunha rechaçada. Ausência de intuito malicioso da parte	2/135
- Multa. Embargos de declaração protelatórios. Exercício regular do direito de defesa.....	2/133

MUNICÍPIO

- Empregado contratado pelo município reclamado antes da promulgação da CF/1988. Inaplicabilidade da Súmula n. 363 do C. TST.....	3/214, 4/277
- Lei municipal. Município de Americana. Revisão salarial (abono ou reposição) em valor fixo. Reajuste em percentuais diferenciados, de acordo com as especificações de cada cargo. Aumento real. Afronta ao princípio da isonomia. Não caracterização. Inteligência do art. 39, § 1º, da CF	4/276
- Município de Andradina. Lei Municipal n. 2.956/2013. Concessão de reajustes salariais diferenciados. Diferenças salariais indevidas. Exegese da Súmula n. 339 do C. STF....	6/415

- Município de Cachoeira Paulista. Convênio de cooperação. Responsabilidade subsidiária. Aplicabilidade da Súmula n. 331, IV, do TST	1/46
- Município de Cajuru. Adicional de insalubridade. Higienização de banheiro público e respectiva coleta de lixo. Contato com agentes biológicos. Aplicação da Súmula n. 448, II, do C. TST. Caracterização.....	1/47
- Município de Cristais Paulista. Nulidade de cláusulas de ACTS que tenham repercussão econômica	3/211
- Município de Cruzeiro. Regime jurídico celetista. Competência da Justiça do Trabalho.....	1/47
- Município de Franca. Férias usufruídas e não remuneradas na época própria. Aplicação da Súmula n. 52 deste E. Tribunal Regional do Trabalho. Jurisprudência uniformizada em consonância com o disposto na Súmula n. 450 do C. TST. Inteligência dos arts. 145 e 137 da CLT	3/211
- Município de Franca. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro. Terço constitucional e abono pecuniário pagos no prazo. Dobra indevida	6/415
- Município de Franca. Horas extras. Base de cálculo. Adicional de pronto-socorro. Integração. Cabimento	5/345
- Município de Franca. Readaptação de professor. Manutenção de funções inerentes à docência. Supressão irregular de parcelas próprias da carreira do magistério.....	5/345
- Município de Guararapes. Vale alimentação. Direito adquirido. Alteração legislativa. Alcance	5/345
- Município de Guaratinguetá. Gratificação de função. Supressão	6/415
- Município de Guaratinguetá. Quinquênio. Base de cálculo.....	6/415
- Município de Laranjal Paulista. Lei Municipal n. 85/2007. Progressão intensiva. Curso de pós-graduação. Magistério. Cabimento	3/212, 3/215
- Município de Mirassol. Fundação educacional Mirassolense. Responsabilidade subsidiária/solidária. Inexistência	3/196
- Município de Penápolis. Recomposição salarial de 2013 e 2016. Diferenças indevidas. Art. 37, X, da CF/1988 e Súmula Vinculante n. 37 do STF. Não cabimento. Autonomia municipal	1/47, 2/142, 3/212
- Município de Pindamonhangaba. Verbas de natureza trabalhista. Ausência de aprovação prévia em concurso público. Incompetência da Justiça do Trabalho.....	1/47
- Município de Pindorama. Piso salarial. Magistério. Lei n. 11.738/2008. Afronta à lei de responsabilidade fiscal. Não configuração	1/47
- Município de Piracicaba. Abono desempenho. Lei Municipal n. 3.925/1995. Integração ao salário indevida	3/212
- Município. Concessão de abono em valores fixos. Distinção de índices. Sistema de precedentes. Conflito entre súmulas	1/47
- Município. Jornada de trabalho do professor. Atividades extraclasse. Descumprimento da Lei n. 11.738/2008. Pagamento como horas extras	3/212
- Município. Pretensões decorrentes do exercício de cargo em comissão. Incompetência da Justiça do Trabalho	1/47

NULIDADE

- Nulidade da citação. Comprovada mudança de endereço da reclamada	3/212
- Nulidade da decisão de não conhecimento dos embargos de declaração. Apresentação tempestiva. Retorno dos autos	5/345
- Nulidade por cerceamento de defesa e do direito de produção de prova. Perito. Ausência de especialidade. Inexistência de nulidade	5/346
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Encerramento abrupto da instrução processual. Impossibilidade de esclarecimento do perito e produção de prova oral	1/48

- Nulidade processual. Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização.....1/48,
2/143, 3/212
- Nulidade processual. Não recebimento da notificação inicial. Ônus do destinatário 1/48

OBRIGAÇÃO DE FAZER

- Anotações na carteira de trabalho. Entrega do TRCT e comunicado de dispensa. Obrigações de fazer personalíssimas 1/48
- Recolhimentos previdenciários e fiscais..... 1/48

PAGAMENTO

- Pagamento “por fora” (extrafolha de salários). Meio de prova. Indícios e presunções. Viabilidade..... 1/48
- Pagamento de indenização prevista em apólice de contrato de seguro. Incompetência da Justiça do Trabalho 1/49
- Pagamento em parcela única..... 2/132

PDV

- PDV. Quitação genérica. Inteligência da OJ n. 270 da SDI-1 do TST 3/213
- Plano de demissão voluntária. Interpretação restritiva..... 2/143
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015..... 3/213, 4/277
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015. Estímulo à litigância de má-fé..... 3/213, 4/277

PEJOTIZAÇÃO

- Pejotização. Fraude na contratação de prestação de serviços por pessoa jurídica. Reconhecimento de vínculo empregatício..... 2/143

PENHORA

- Impenhorabilidade da pequena propriedade rural. Atividade agrícola, explorada pela família, não comprovada. Empreendimento comercial rural. Pousada 5/346
- Impenhorabilidade do bem de família. Imóvel locado a terceiro 2/143
- Penhora de honorários advocatícios devidos ao advogado do reclamante. Atendimento de determinação do Juízo da Vara de Família e Sucessões para atendimento de créditos alimentares..... 1/49

PENSÃO MENSAL

- Pensão mensal. Majoração 2/132

PERÍCIA

- Laudo pericial. Processo cível. Não vincula o juízo trabalhista 2/143

PLANO DE SAÚDE

- Plano de saúde (FEAS). Alteração lesiva. Prescrição total. Súmula n. 294 do TST 3/213

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

- Empregado portador de deficiência física. Atividades laborais incompatíveis com as restrições físicas. Dano moral. Configuração 2/143
- Empregado portador de visão monocular. Deficiência. Inexistência de comprovação pela reclamada do cumprimento das cotas previstas no art. 93 da Lei n. 8.213/1991. Reconhecimento do direito aos benefícios previstos na Lei n. 13.146/2015. Nulidade da dispensa e reintegração. Possibilidade 5/346
- Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Lei n. 7.853/1989 e Decreto n. 3.298/1999. Empregado deficiente despedido sem justa causa. Pedido de reintegração. Inexistência de garantia de emprego..... 1/32

PRAZO

- Prazo não concedido para emenda da inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito impossibilidade 2/144

PRÊMIO

- Prêmio assiduidade. Natureza jurídica indenizatória. Pretensão de integração salarial indeferida 3/213, 4/277

PRESCRIÇÃO

- Contagem do prazo prescricional. Termo final. Dia não útil. Envio da petição por meio eletrônico 1/49
- Período imprescrito até dezembro/2012. Horas extras. Ausência de cartões de ponto. Súmula n. 338, I, do TST 6/415
- Prescrição quinquenal declarada de ofício. Cabimento 3/214
- Prescrição total do direito de ação 3/214
- Prescrição total. Causa suspensiva. Código civil de 1916. Depressão. Incapacidade para a prática de atos da vida civil. Não configuração 3/214
- Prescrição. Direito de ação. Doença ocupacional. Teoria da *actio nata*..... 3/214
- Prescrição. Dobra das férias 3/214
- Prescrição. Empregado rural. Emenda Constitucional n. 28/2000 1/49, 3/215
- Prescrição. Pedido de interrupção da mesma, pela falta de emissão da Cat, pela empresa. Assalto a caminhão, que teria gerado problemas psicológicos no autor..... 1/50

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Negativa de prestação jurisdicional. Falta de análise de omissão e contradição apontada em sede de embargos de declaração. Violação do art. 5º, LV, e art. 93, IX, ambos da Constituição Federal e do art. 832 da CLT 5/346
- Negativa de prestação jurisdicional. Inocorrência 3/210

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

- Procedimento sumaríssimo. Ausência de pedido e valor correspondente. Inépcia 5/346
- Procedimento sumaríssimo. Ausência de pedido líquido. Arquivamento da ação 1/50

PROCESSO

- Processo trabalhista. Art. 523, § 1º, do CPC/2015. Inaplicabilidade 6/403

PROFESSOR

- Professores. Piso salarial nacional. Lei Federal n. 11.738/2008. Diferenças deferidas 1/50

PROMOÇÃO FUNCIONAL

- Evolução funcional. Requisitos estipulados pela Lei Municipal n. 1.641/2009. Lei de responsabilidade fiscal 6/416
- Progressão horizontal por antiguidade. PCCS de 1995. ECT. Presença dos requisitos. Diferenças salariais devidas 4/277
- Progressões horizontais. Aplicação do PCCS 1995. Prescrição..... 3/215
- Promoção funcional. Lei municipal. Omissão do Poder Executivo..... 3/215
- Promoções horizontais por antiguidade. PCCS 2008 3/215

PROVA

- Prova documental. Sua força diante do conjunto dos autos. Intervalo intrajornada pré-assinalado. Art. 74, § 2º, da CLT. Não aplicação, ao caso, da presunção da Súmula n. 338 do C. TST..... 4/278

REAJUSTE SALARIAL

- Complemento temporário variável de ajuste ao piso de mercado - CTVA..... 4/278
- Recomposição salarial. Reajustes salariais anuais. Omissão legislativa não passível de ser sanada pelo Poder Judiciário..... 2/144

RECUPERAÇÃO

- Ausência de pagamento das verbas rescisórias no prazo legal. Empresa em recuperação judicial. Multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Cabimento..... 5/347
- Empresa em recuperação judicial. Créditos constituídos posteriormente. Prosseguimento da execução na Justiça do Trabalho 1/50

RECURSO

- Preliminar apresentada em contrarrazões pelo autor. Não conhecimento do recurso do reclamado. Ausência de impugnação específica. Não configuração 6/416
- Recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição. Ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal. Irregularidade insanável. Súmula n. 383, item I, do C. TST. Recurso não conhecido.....5/347
- Recurso ordinário da confederação autora. Cobrança de contribuição sindical rural. Ausência de notificação pessoal. Ausência de regular constituição e lançamento do tributo..... 2/144
- Recurso ordinário deserto. Apólice de seguro garantia com vigência até determinada data, cuja renovação depende de aprovação da seguradora 4/278, 5/347
- Recurso ordinário. Ausência de impugnação específica da r. sentença. Não conhecimento 4/278
- Recurso ordinário. Deserção..... 5/347
- Recurso ordinário. Deserção. Empresa em recuperação judicial. Isenção. Custas. Ausência de previsão legal..... 3/215, 5/347
- Recurso ordinário. Deserção. Preparo. Custas processuais..... 3/216
- Recurso ordinário. Honorários assistenciais. Recurso interposto sob a égide da denominada reforma trabalhista 6/416
- Recurso ordinário. Interposto na vigência da Lei n. 13.015/2014. Terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária. Ente público. Art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Súmula n. 331, item V, do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16-DF. Tema n. 246 STF. Tese de repercussão geral. Vedação de transferência automática de responsabilidade. Necessidade de comprovação de culpa da administração pública 6/397

- Recurso ordinário. Jurisdição voluntária. Rescisão contratual. Pedido de homologação de acordo extrajudicial negado na origem e deferido nesta instância. Requisitos legais cumpridos. Interesse do próprio empregado. Quitação geral possível..... 6/416
- Recurso ordinário. Licença-prêmio. Município de Americana. Inteligência da Lei n. 2.928/1995..... 6/417
- Recurso ordinário. Município de Brotas. Descanso semanal remunerado. Horas extras3/216
- Recurso ordinário. Município de Pirassununga. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro 3/216

RECURSO EX OFFICIO

- Reexame necessário. Sentença ilíquida. Não conhecimento 1/51

REDUÇÃO SALARIAL

- Redução salarial. Prejuízo ao trabalhador. Afronta ao princípio da irredutibilidade salarial 5/347

REINTEGRAÇÃO

- Pedido de reintegração ao emprego. Empregado de sociedade de economia mista. Inexistência de comprovação de motivação para a dispensa 4/279
- Reintegração aos serviços. Reversão da dispensa por justa causa. Direito do empregado retornar para a função anteriormente ocupada 1/51

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Relação de emprego reconhecida em juízo. Contribuição previdenciária incidente. Incompetência da Justiça do Trabalho 1/51
- Uber. Motorista. Inexiste vínculo empregatício..... 3/216
- Vínculo de emprego. Fisioterapeuta domiciliar. Autonomia na prestação dos serviços.....1/51
- Vínculo de emprego. Não configuração 3/216
- Vínculo de emprego. Período anterior ao registro. Ônus da prova 1/51
- Vínculo empregatício não reconhecido. Ausência dos requisitos essenciais..... 5/348
- Vínculo empregatício. Caracterização..... 1/52, 3/222
- Vínculo empregatício. Cooperativa de trabalhadores egressos do sistema prisional. Fraude. Caracterização 3/216
- Vínculo empregatício. Corretor de imóveis. Requisitos do art. 3º da CLT. Não caracterização 3/217
- Vínculo empregatício. Financiarário. Não reconhecimento 5/348
- Vínculo empregatício. Requisitos do art. 3º da CLT. Não Caracterização..... 3/217
- Vínculo empregatício. Requisitos legais não preenchidos 4/279

REMUNERAÇÃO

- Sistema de remuneração variável. Natureza salarial. Integração e reflexos..... 3/217

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Descanso semanal remunerado trabalhado e não compensado 2/141
- Descanso semanal remunerado. Incorporação ao salário-hora. Previsão em acordo coletivo de trabalho. Validade da cláusula normativa..... 1/52, 6/404

- Dsrs. Incorporação ao salário-hora. Norma coletiva. Prazo de validade vencido 1/52
- General Motors do Brasil. Dsr. Empregado horista. Incorporação por acordo coletivo. Validade 4/279
- Repouso semanal remunerado. Concessão de folga compensatória após o 7º dia trabalhado. Impossibilidade 3/185
- Repouso semanal remunerado. Horas extras. Integração. Empregado mensalista 6/420

REQUISIÇÃO

- Requisição de pequeno valor. Teto específico de ente municipal. Necessidade de edição de lei municipal no prazo de 180 dias a partir da vigência da EC de n. 62/2009. Inteligência do § 12 do art. 97 do ADCT. Prazo peremptório. Jurisprudência do C. TST. Município de Rosana. Lei Municipal de n. 1.387. Vigência posterior ao tempo de 180 dias. Aplicação do patamar previsto na CF/1988 3/217

RESCISÃO

- Diferenças de verbas rescisórias. Multa do art. 467 da CLT. Indevida 1/34
- Rescisão contratual de iniciativa do empregado. Mais de um ano de serviço. Ausência de homologação, pelo sindicato, do pedido de demissão formulado pelo empregado. Confissão. Validade 5/348
- Rescisão contratual. Ato de improbidade. Apropriação de bem. Justa causa. Caracterização 3/ 217
- Rescisão contratual. Falta grave. Justa causa. Não comprovação 1/52
- Rescisão contratual. Iniciativa. Pedido de demissão. Validade 3/ 201, 3/218
- Rescisão contratual. Justa causa. Desídia. Faltas injustificadas e atrasos 6/413
- Rescisão do contrato de trabalho. Imputação de justa causa. Alegação de agressões físicas à colega de trabalho (482, “j”, da CLT). Necessidade de prova inequívoca 1/53
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador 3/218
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ausência de motivo ensejador da justa causa do empregador. Não configuração. Interpretação do art. 483 da CLT 1/53
- Rescisão indireta rejeitada. Abandono de emprego. Pedido de demissão 4/279
- Rescisão indireta. Posterior dispensa sem justa causa. Perda de objeto. Inocorrência 2/144
- Verbas rescisórias. Diferenças. Falência. Cabimento 2/145

RESPONSABILIDADE

- Banco do Brasil S. A. Serviços de segurança e vigilância patrimonial. Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Autarquia e fundação pública. Cabimento 3/218
- Dono da obra. Equívoco da expressão. Responsabilidade 6/417
- Relação consumerista. Inexistência de responsabilidade subsidiária da consumidora contratante 3/218
- Responsabilidade civil do empregador. Empregado(a) bancário(a). Transporte de valores. Exposição a risco indevido. Indenização por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade 1/25
- Responsabilidade civil do empregador. Homicídio no local de trabalho. Fato de terceiro 1/53
- Responsabilidade civil do empregador. Indenização por danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador. Configurado 6/417
- Responsabilidade civil. Danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do(a) trabalhador(a) 1/28

- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Ausência de instalações adequadas no local de trabalho. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito à indenização. Pertinência	6/422
- Responsabilidade da tomadora de serviços. Falta de interesse recursal	6/418
- Responsabilidade por acidente pela segunda causa. Compensação	3/219
- Responsabilidade solidária. Contrato de facção. Empreitada. Arts. 610 e seguintes do Código Civil. Improcedência	6/418
- Responsabilidade solidária. Município de Eldorado. Ausência. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	4/279
- Responsabilidade solidária. Sócio de fato. Ônus da prova	3/219
- Responsabilidade solidária. Sucessão de empregadores. Cooperativismo	1/54
- Responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços. Conduta culposa. Negligência	1/54, 2/145
- Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento. Reconhecimento da culpa <i>in eligendo</i> e da culpa <i>in vigilando</i>	1/54, 4/275
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Celebração de termo de convênio na área da saúde. Município São José do Rio Preto. Ente integrante da administração pública direta. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993	3/219, 4/280
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Tomador dos serviços: Município de São José dos Campos. Ente integrante da administração pública direta. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993	3/207
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Tomadora dos serviços: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ente integrante da administração pública indireta. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993	4/280
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa <i>in vigilando</i> do tomador dos serviços. Decisão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST	2/145, 3/219
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Dona da obra	6/418
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Tomadora de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil	2/145
- Responsabilidade subsidiária. Contrato de comercialização de produtos de telefonia celular. Inexistência. Não aplicação da Súmula n. 331 do C. TST	4/280
- Responsabilidade subsidiária. Contrato de concessão de serviço público	1/54
- Responsabilidade subsidiária. Empreitada por obra certa. Aplicação da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST	1/54
- Responsabilidade subsidiária. Ente público	5/348
- Responsabilidade subsidiária. Execução. Benefício de ordem. Indevido	1/54, 3/219
- Responsabilidade subsidiária. Município de Ariranha. Ausência. Contrato de repasse. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	3/220
- Responsabilidade subsidiária. Município de Sorocaba. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	5/348
- Responsabilidade subsidiária. Necessidade de exaustão das vias de excussão contra a devedora principal e seus sócios. Responsabilidade da tomadora: apenas subsidiária e posterior	1/55
- Responsabilidade subsidiária. Sanasa. Tomador de serviços. Administração pública indireta. Culpa. Cabimento	1/55
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Administração pública	5/348

- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Culpa *in vigilando*. Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil 6/418
- Responsabilidade subsidiária. Universidade de São Paulo. Inexistência. Dona da obra. Reforma do restaurante universitário. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI I do C. TST 5/349
- Responsabilidade subsidiária: ente público: Petróleo Brasileiro S. A. Petrobras. Dona da obra. Inexistência 3/220
- Sócio retirante. Responsabilidade. Averbação da alteração do contrato social. Limites 1/55
- Sucessão empresarial. Responsabilização solidária da empresa sucedida. Indevida 1/55
- Sucessão trabalhista. Responsabilidade. Sucessor 1/56

REVELIA

- Revelia. Atestado médico. Impossibilidade de locomoção do empregador. Efeitos da revelia 3/219
- Revelia. Jornada de trabalho declinada na inicial. Presunção de veracidade 5/349

SEGURO GARANTIA

- Seguro garantia judicial. Prazo de vigência limitado. Invalidez 3/220

SERVIÇO NOTARIAL

- Serviços extrajudiciais. Atividade notarial e de registro. Interinidade. Sucessão trabalhista 1/56

SERVIÇO SOCIAL

- Serviços sociais autônomos. Serviço Social da Indústria Sesi. Personalidade jurídica de direito privado 3/220
- Sesi. Ente de cooperação à administração pública 3/220

SERVIDOR PÚBLICO

- Exoneração de servidor público no período do estágio probatório. Procedimento prévio de avaliação de desempenho. Mérito administrativo. Reintegração e indenização por danos morais indevidas 5/349
- Servidor público celetista. Incorporação de abonos. Valores fixos. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da CRFB. Reajuste anual em índices diversos. Possibilidade 6/418
- Servidor público regido pela CLT. Adicional sexta parte. Base de cálculo 1/56
- Servidor público. Incorporação salarial. Pedido administrativo indeferido. Prescrição quinquenal. Ocorrência. Princípio da *actio nata* 3/221
- Servidor público. Recomposição salarial. Reajustes salariais anuais em valores fixos. Distinção de índices não passível de ser sanado pelo Poder Judiciário 6/419
- Servidor público. Vencimentos. Revisão geral anual. Legislação municipal. Vinculação a índices de correção salarial federais. Invalidez 1/56

SINDICATO

- Sindicato autor. Benefício da justiça gratuita. Reclamatória ajuizada em nome próprio, para cobrança de contribuições. Condenação em honorários advocatícios sucumbenciais. Ação ajuizada antes da reforma trabalhista. Indeferimento 1/56
- Sindicato autor. Benefício da justiça gratuita. Reclamatória ajuizada em nome próprio, para cobrança de contribuições. Indeferimento 3/221

- Sindicato. Substituição processual. Direitos individuais homogêneos. Horas noturnas em prorrogação. Cabimento 1/57
- Substituição processual. Legitimidade ativa do sindicato. Adicional de insalubridade 1/57

SUCESSÃO

- Cartório extrajudicial. Mudança de titularidade. Sucessão de empregadores. Ausência da continuidade da prestação de serviços 5/350

TERCEIRIZAÇÃO

- Concessionária de serviços de telecomunicações. Terceirização de atividade fim. Art. 94, II, da Lei n. 9.472/1997. Súmula n. 331, I, do TST 1/41
- Correspondente bancária. Empresa intermediária entre o consumidor e o banco. Oferta de empréstimos consignados. Terceirização lícita. Art. 8º, V, da Res. n. 3.954/2011 do Bacen. Não enquadramento como estabelecimento bancário. Não reconhecimento de vínculo de emprego de seus empregados, diretamente com a instituição bancária. Impossibilidade 4/281
- Terceirização ilícita. Atividade fim da tomadora. Fatos pretéritos à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Aplicação da Súmula n. 331, I, do C. TST. Reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a tomadora 1/57
- Terceirização irrestrita. Incompatibilidade com o marco regulatório do capitalismo no Estado social. Considerada a literalidade restrita das Leis n. 13.429/2017 e 13.467/2017, que autorizaram a transferência de qualquer atividade de uma empresa para outra empresa, deixou de existir todo e qualquer argumento em torno da regularidade da terceirização (no sentido da mera intermediação de mão de obra), tanto na atividade fim quanto na atividade meio 5/350
- Terceirização irrestrita. Incompatibilidade com o marco regulatório do capitalismo no Estado social. Considerada a literalidade restrita das Leis n. 13.429/2017 e 13.467/2017, que autorizaram a transferência de qualquer atividade de uma empresa para outra, deixou de existir todo e qualquer argumento em torno da regularidade da terceirização (no sentido da mera intermediação de mão de obra), tanto na atividade fim quanto na atividade meio 6/419
- Terceirização lícita. Piso salarial. Norma coletiva. Princípio da isonomia. Observância 2/137
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Abrangência 2/146, 3/221, 6/420
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social. Responsabilidade subsidiária do município. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST 6/421
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária 1/57, 2/146, 6/403
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, art. 67 e 71, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, e julgamento ADC 16 do STF 4/281
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, art. 67 e 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 e Julgamento ADC 16 do STF 5/351
- Terceirização. Serviços de saúde. Ente público. Responsabilidade subsidiária 1/57
- Terceirização. Serviços de segurança/vigilância. Ente público. Responsabilidade subsidiária 2/146, 6/421

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- Termo de ajustamento de conduta. Ente público. Astreintes. Redução. Cabimento..... 3/221, 5/352
- Termo de ajuste de conduta. Legitimidade ativa. Ação de cobrança pelo rito ordinário. Possibilidade..... 3/222

TESE PREVALECENTE

- Tese Prevalente n. 5 do TRT-15: férias quitadas fora do prazo do art. 145 da CLT. Terço constitucional pago tempestivamente. Dobra sobre o terço constitucional indevida 3/222

TÍTULO JUDICIAL

- Declaração de inexigibilidade de título judicial, fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais..... 3/222, 4/282

TRABALHO AUTÔNOMO

- Empregado recontratado como trabalhador autônomo. Manutenção das mesmas condições de labor. Simulação 1/58

TRABALHO EXTERNO

- Montador. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 3/222, 6/421
- Securitário. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração..... 6/421

TRABALHO PENOSO

- Trabalho penoso. Colheita de laranja. Pausas NR-31. Não concessão. Aplicação analógica do art. 72 da CLT. Cabimento..... 6/421

TRABALHO RURAL

- Trabalhador rural. Normas coletivas. Motorista de caminhão bombeiro. Categoria diferenciada. Inaplicabilidade 5/352
- Usina. Trabalhador rural. Lapso temporal aguardando transporte no final da jornada. Tempo à disposição. Não configuração..... 4/272

TRANSFERÊNCIA

- Transferência (devolução). Término da cessão do trabalhador. Empregado de sociedade de economia mista federal. Empregado da Petrobras que fora cedido à Transpetro. Presunção de legalidade e de legitimidade dos atos administrativos 5/352

TURNO DE REVEZAMENTO

- Alternância de turnos em períodos de 1 a 4 meses. Jornada de 6 horas diárias e 36 semanais. Cabimento da jornada reduzida 5/352
- Diferenças de horas extras. Trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento de 7h20m/8h mediante negociação coletiva. Habitual extrapolamento da limitação. Não aplicação da Súmula n. 423 do TST e seus efeitos..... 6/422
- Turno ininterrupto de revezamento. Fixação da jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Validade. Súmula n. 423 do C. TST 5/339

- Turno ininterrupto de revezamento. Inobservância da jornada especial elastecida por meio de norma coletiva 2/145, 6/423
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização 1/43, 6/423
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância mensal, bimestral e trimestral. Caracterização..... 1/58
- Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada superior a seis horas mediante negociação coletiva. Extrapolação habitual..... 2/146
- Turnos ininterruptos de revezamento. Hora noturna. Redução. Cabimento 1/58

TUTELA

- Tutela cautelar antecedente. Recurso ordinário. Efeito suspensivo. Não cabimento 1/58
- Tutela inibitória. Ilegitimidade. Julgamento *extra petita* 2/138

UNIFORME

- Uniforme. Uso obrigatório. Lavagem. Indenização. Cabimento 2/147

VALE-TRANSPORTE

- Vale-transporte. Ausência de requerimento. Art. 7º, do Decreto n. 95.247/1987. Indevido 1/52
- Vale-transporte. Ônus da prova 1/52
- Vale-transporte. Transporte público intermunicipal. Não cabimento 5/352

VENDEDOR

- Vendedor. Serviço de inspeção e fiscalização. Pretensão de pagamento do adicional previsto no art. 8º da Lei n. 3.207/1957. Norma legal aplicável aos vendedores viajantes e praticistas. Adicional indevido 5/353

VIGILANTE

- Vigia e vigilante. Distinção entre essas funções. Pedido de adicional de periculosidade. Não aplicação, ao vigia, nos termos da Lei n. 12.740/2012, regulamentada pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, de 3.12.2013..... 1/58
- Vigilante. Adicional de periculosidade. Cabimento. Portaria n. 1.885 de 3.12.2013 do MTE 1/59